

As Nações Unidas e Timor Leste

A autodeterminação através
de consulta popular

Publicação do Departamento de Informação
das Nações Unidas, Nova Iorque, 2000



Este livro foi preparado para o primeiro
aniversário da Consulta Popular
realizada em Timor Leste,
a 30 de Agosto de 1999

Publicado pelo Departamento de
Informação Pública das
Nações Unidas
New York, NY 10017
www.un.org

Impresso pela
Nova Impressora Gráfica
para o Departamento de Informação Pública
das Nações Unidas,
DPI/2152—1500—Agosto 2000

Índice

Preâmbulo

Mensagem do Secretário-Geral aos Timorenses	v
--	---

Siglas	ix
---------------------	----

Breve História

O envolvimento das Nações Unidas em Timor Leste	1
--	---

Antecedentes	3
--------------------	---

Missão das Nações Unidas em Timor Leste (UNAMET)	12
---	----

Violência pós-referendo	41
-------------------------------	----

Administração de Transição das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET)	56
--	----

Anexo 1

As Nações Unidas e Timor Leste: Cronologia	61
---	----

Anexo 2

Álbum de fotografias	77
----------------------------	----

Preâmbulo

Mensagem do Secretário-Geral aos Timorenses no primeiro aniversário da consulta popular

O primeiro aniversário da consulta popular constitui uma ocasião para celebrar o renascimento de Timor Leste como Nação livre e democrática. Constitui também uma oportunidade para saudar a coragem do povo timorense e a memória dos homens e mulheres corajosos que pereceram na luta pela independência.

O povo timorense passou por enormes sofrimentos para chegar a este momento. Milhares de Timorenses viram morrer os seus entes queridos. Muitos deles viram ser-lhes negados os mais elementares direitos humanos. Mas mantiveram viva a esperança, ao longo de todas as provações. Agora, tal como outros povos do Mundo, têm finalmente uma oportunidade de construir um Estado próprio.

Ajudar os Timorenses a alcançar este nobre objectivo é uma das maiores responsabilidades jamais atribuídas às Nações Unidas. Afortunadamente, estamos a trabalhar como verdadeiros parceiros do povo de Timor Leste, em todos os domínios – incentivar o desenvolvimento económico, promover a tolerância e

a reconciliação, criar uma administração pública, reconstruir as infra-estruturas e preparar as eleições que permitirão aos Timorenses lançar-se, de forma duradoura, na via da verdadeira governação própria.

As dificuldades e o sofrimento ainda não acabaram; ainda há timorenses no exílio, à espera de regressar. Os progressos não foram tão rápidos como teríamos desejado. No entanto, há também muito para celebrar. O processo de reconciliação e de reconstrução está inquestionavelmente em curso. De Oecussi a Tutuala, está a afirmar-se um clima de paz e de recuperação económica. Mais de 165 000 timorenses, que tinham fugido à violência do ano passado, já regressaram e os restantes 100 000 refugiados estão em vias de o fazer. A mudança pode ter sido demorada, mas está, sem dúvida, a acontecer.

O nosso êxito deve-se, em grande parte, à diligência, à perseverança e à integridade do povo timorense. Depois da minha visita a Timor Leste, em Fevereiro último, não me restam dúvidas de que o povo timorense é capaz de vencer os desafios que a sua Nação enfrenta. Os Timorenses têm criatividade, determinação e capacidade para serem bem sucedidos na construção do Estado pelo qual tanto se sacrificaram.

O nosso êxito foi possível, também, graças à extraordinária corrente de apoio internacional à luta do povo timorense. A comunidade internacional prometeu já auxílios à reconstrução de Timor Leste de

valor superior a 500 milhões de dólares. Os organismos humanitários e de desenvolvimento das Nações Unidas e o Banco Mundial já se encontram em Timor Leste para apoiar o processo de reconstrução. E o mesmo se passa com empresas privadas, organizações não-governamentais e grupos de voluntários, que são nossos parceiros.

Deposito grandes esperanças no futuro de Timor Leste. Os Timorenses são um povo dinâmico que chegou, finalmente, ao termo de um longo pesadelo nacional. O seu sonho de um Estado pacífico e independente está prestes a tornar-se realidade. Quando tal acontecer, o triunfo dos Timorenses será também o triunfo dos ideais das Nações Unidas.



Kofi A. Annan
Secretary-General

Siglas

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
CCN	Conselho Consultivo Nacional
CIVPOL	Polícia Civil das Nações Unidas
CNRT	Conselho Nacional da Resistência Timorense
FALINTIL	Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste
FMP	Força de Manutenção da Paz da UNTAET
FRETILIN	Frente Revolucionária de Timor Leste Independente
PDI	Pessoas Deslocadas Internamente
INTERFET	Força Internacional para Timor Leste (Força Multinacional)
OIM	Organização Internacional para as Migrações
PAM	Programa Alimentar Mundial
PdA	Protocolo de Acordo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RESG	Representante Especial do Secretário-Geral
TNI	Tentara Nasional Indonesia (Forças Armadas Indonésias)
UNAMET	Missão das Nações Unidas para Timor Leste
UNMLO	Observador Militar das Nações Unidas
UNTAET	Administração de Transição das Nações Unidas em Timor Leste
UNV	Voluntários das Nações Unidas

Breve história

O envolvimento das Nações Unidas em Timor Leste

Breve história O envolvimento das Nações Unidas em Timor Leste

Antecedentes

- 1 Durante mais de quatro séculos, Timor Leste foi uma colónia de Portugal. A "Revolução dos Cravos", que levou à queda do regime de Marcelo Caetano, em Portugal, a 25 de Abril de 1974, deu início a uma nova era para as colónias portuguesas, incluindo Timor Leste. A legislação aprovada em Lisboa, em Julho de 1975, previa a formação de um Governo de Transição em Timor Leste, que prepararia as eleições para uma assembleia popular, em 1976. Pouco tempo depois, foram aprovados diplomas que previam a nomeação de um Governo de Transição e a transição gradual para a independência, até Outubro de 1978. Os Timorenses começaram a criar partidos políticos, preparando-se para a autodeterminação. Mas, ao longo do ano de 1975, a animosidade entre os pró-independentistas e os defensores da integração na Indonésia conduziu à guerra civil em Timor Leste. Em Agosto, para escapar à violência, a Administração e os funcionários portugueses abandonaram o território, retirando-se para a ilha de Ataúro, situada ao largo da costa da capital, Díli, e que fazia parte do território do Timor português. Contando com a lealdade dos ex-militares locais do Exército português e com as armas deixadas para trás, a Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN) conseguiu, no espaço de alguns meses, assumir o controlo da maior parte do Território. A 28 de Novembro de 1975, a FRETILIN declarou a independência de Timor Leste. Dois dias depois, uma coligação de partidos pró-Indonésia, composta essencialmente pela União Democrática Timorense (UDT) e pela Associação Popular Democrática (APODETI), também proclamou a independência do Território e a sua integração na Indonésia.

- 2 A 7 de Dezembro de 1975, a Indonésia lançou uma ofensiva aérea, terrestre e naval em Timor Leste, em apoio aos seus aliados. A invasão foi rapidamente condenada nas Nações Unidas e, a 22 de Dezembro, o Conselho de Segurança da ONU aprovou, por unanimidade, a Resolução 384, que reconhecia o direito inalienável do povo de Timor Leste à autodeterminação e à independência. O Conselho condenava a intervenção das Forças Armadas Indonésias em Timor Leste e lamentava que Portugal não cumprisse plenamente as suas responsabilidades de potência administrante do Território. O Conselho apelava à Indonésia, para que retirasse sem demora todas as suas forças e a Portugal, para que cooperasse plenamente com a ONU, a fim de que o povo de Timor Leste pudesse exercer livremente o seu direito à autodeterminação. Esta Resolução estabeleceu o tom do que seria a posição das Nações Unidas quanto a Timor Leste, durante os 24 anos seguintes. Ao mesmo tempo que a campanha militar indonésia contra a resistência da FRETILIN conduzia a um maior controlo territorial, uma "Assembleia Popular Regional" solicitava a integração formal de Timor Leste na Indonésia. A 17 de Julho de 1976, o Presidente Suharto, da Indonésia, promulgava a Lei 7/76, que estabelecia a integração de Timor Leste na Indonésia, como a sua 27^a província. Até esta altura, a Indonésia não tinha apresentado qualquer reivindicação histórica sobre Timor Leste, que nunca fizera parte das Índias Orientais Holandesas. Até Outubro de 1999, a Indonésia manteve a mesma posição oficial, segundo a qual, por decisão da Assembleia, o povo de Timor Leste exercera o seu direito à autodeterminação e se tornara independente através da integração na Indonésia. A ONU não reconhecia a autoridade da Assembleia nem subscrevia a sua decisão sobre o estatuto do Território. Portugal nunca abdicou da sua autoridade como potência administrante do Território, embora, ano após ano, fosse informando a ONU de que as condições existentes em Timor Leste impediam o país de assumir a responsabilidade pela administração do Território.

- 3 Durante a ocupação indonésia, a resistência da FRETILIN à integração de Timor Leste continuou, através da luta do seu braço armado, as FALINTIL, que sofreram baixas consideráveis. Em 1994, num relatório dirigido ao Conselho Económico e Social da ONU, o Relator Especial sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, Bacre Waly Ndiaye, referia as repetidas afirmações segundo as quais havia um elevado número de mortes em Timor Leste. O Relator escreveu que, entre 1975 e 1980, cerca de 100 000 Timorenses, numa população de 700 000, tinham sido mortos pelas Forças Armadas Indonésias. Entre 1980 e 1984, prosseguia, outros 100 000 tinham sido mortos, segundo se afirmava, ou haviam morrido devido à fome e à doença. A Indonésia desmentiu sistematicamente estes números, dizendo que o total de mortos se situava à volta dos 30 000. Entre finais dos anos 70 e princípios dos anos 90, a Indonésia continuou a não obter o reconhecimento jurídico internacional da sua anexação de Timor Leste e, de um modo geral, a comunidade internacional manteve-se reticente quanto a esta questão, não tendo exercido uma pressão forte no sentido de uma solução diplomática. A viragem deu-se a 12 de Novembro de 1991, quando soldados indonésios mataram um elevado número de manifestantes desarmados, no cemitério de Santa Cruz, em Díli, a capital de Timor Leste. As autoridades indonésias disseram que tinham sido mortas aproximadamente 50 pessoas. Ndiaye afirmou que a estimativa oscilava entre as 150 e as 270, embora algumas fontes indicassem ter havido 400 mortos. Mais importante, um jornalista estrangeiro filmou o massacre de Santa Cruz, que é tido como o acontecimento que espoletou a viragem da opinião pública internacional, que passou a ser favorável à autodeterminação de Timor Leste.
- 4 Em 1996, o movimento a favor da autodeterminação beneficiou de um novo impulso, quando o Prémio Nobel da Paz foi atribuído a duas personalidades timorenses. O Bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo, Administrador Apostólico de Díli, e José Ramos Horta, a principal figura da resistência timorense no exílio, foram laureados com o prestigiado prémio "pelo seu trabalho em prol de uma solução justa e pacífica para o conflito de Timor Leste". Este prémio teve um forte impacto na opinião pública internacional e um número crescente de organizações não governamentais e de grupos parlamentares de países ocidentais começou a pressionar os respectivos Governos a favor da autodeterminação de Timor Leste.

- 5 Em 1997, o então recentemente nomeado Secretário-Geral Kofi Annan optou por uma abordagem mais actuante, com o objectivo de revitalizar o Processo Tripartido para Timor Leste, que envolvia o Secretariado da ONU, a Indonésia e Portugal. Em Fevereiro desse ano, nomeou o embaixador Jamsheed Marker, do Paquistão, seu Representante Pessoal para Timor Leste. Marker era um diplomata com uma carreira longa e prestigiada. Em finais de 1999, Francesc Vendrell, de Espanha, foi nomeado Representante Pessoal Adjunto para Timor Leste. Como Director da Divisão Ásia-Pacífico do Departamento de Assuntos Políticos do Secretariado da ONU, Vendrell desempenhara, durante muitos anos, um papel de bastidores nas negociações tripartidas sobre Timor Leste.
- 6 Em Maio de 1998, o Presidente Suharto da Indonésia abandonou o cargo, após 32 anos de exercício, e foi substituído pelo Vice-Presidente B. J. Habibie, que, até então, pouca ligação tivera com a política da Indonésia para Timor Leste. Habibie adoptou uma nova atitude relativamente à questão de Timor Leste e, quase de imediato, deu um novo impulso às conversações tripartidas patrocinadas pelo Secretário-Geral. Em Junho de 1998, a Indonésia informou o Secretário-Geral e Portugal de que estava preparada para conceder uma autonomia alargada a Timor Leste, conservando Jacarta apenas o controlo de três áreas: negócios estrangeiros, defesa externa e alguns aspectos da política monetária e fiscal. Em Agosto, numa reunião com o Secretário-Geral, os ministros dos Negócios Estrangeiros da Indonésia e de Portugal acordaram que funcionários superiores dos seus Ministérios deveriam iniciar discussões em profundidade sobre uma possível autonomia alargada para Timor Leste, sem prejuízo das respectivas posições de princípio. Com efeito, decidiram pôr momentaneamente de lado a questão do estatuto definitivo de Timor Leste. A Indonésia tinha em vista um acordo sobre autonomia, como forma de pôr fim ao problema, mas Portugal considerava a autonomia como uma solução transitória, dependente do possível exercício do direito à autodeterminação pelo povo de Timor Leste. A resistência timorense, liderada por José Alexandre "Xanana" Gusmão, então detido, aceitava, desde

1992, o conceito de uma autonomia transitória no seio da Indonésia e por um período a acordar, a que se seguiria um referendo. Os ministros também acordaram que os timorenses deveriam ser mais estreitamente associados ao processo. Ao contrário do que acontecera até então, a ONU obteve um acesso sem restrições a Xanana Gusmão, no local onde este se encontrava detido desde 1992, em Jacarta, cumprindo uma pena de 20 anos de prisão.

- 7 Em Dezembro de 1998, a Austrália, o único país cujo Governo reconhecera *de jure* a soberania indonésia sobre Timor Leste, decidiu alterar a sua política e apelou à autodeterminação do povo timorense, o que foi comunicado directamente ao Presidente Habibie, numa carta do Primeiro-Ministro John Howard. Ao mesmo tempo que começava a tomar forma um plano de autonomia aceitável para ambas as partes, tornava-se cada vez mais importante o debate sobre se a autonomia proposta constituiria o estatuto final de Timor Leste ou um estatuto transitório, até à autodeterminação. A 27 de Janeiro de 1999, o Presidente Habibie anunciou inesperadamente que, se o povo de Timor Leste não concordasse com a integração na Indonésia, com base no plano de autonomia que estava a ser negociado, o Território poderia separar-se da Indonésia. O seu Governo recomendaria à nova Assembleia Popular Indonésia (MPR), que deveria iniciar os trabalhos depois de Agosto de 1999, a revogação da lei de 1976 que integrava Timor Leste na Indonésia. O Secretário-Geral descreveu a declaração do Presidente Habibie como um acto de um estadista de grande envergadura. Esta declaração teve um impacte e decisivo no processo de negociações e foi bem acolhida por Portugal.
- 8 A decisão do Governo de Habibie de recomendar a independência de Timor Leste, como "segunda opção", não foi universalmente aceite na Indonésia. Apesar de o seu Gabinete ter apoiado esta política, depressa se tornou claro que forças altamente influentes no seio da estrutura do poder da Indonésia se opunham radicalmente à possibilidade da separação de Timor Leste. Muitos dirigentes das Forças Armadas Indonésias (TNI) tinham cumprido longas comissões de serviço em Timor Leste, nas décadas anteriores, e sentiam-se preocupados com a hipótese

de a separação de Timor Leste poder ter efeito adverso sobre a unidade entre as diversas ilhas do arquipélago. As forças timorenses pró-integração consideraram a decisão do Presidente como uma traição e começaram a expressar a sua determinação de se oporem pela violência a qualquer passo no sentido da independência. Nos meses que se seguiram à declaração de Janeiro, esta oposição começou a aumentar, em Timor Leste e na Indonésia. Vários grupos de milícias, que haviam surgido em Timor Leste, em finais de 1998, com o objectivo declarado de impedir a independência e que se pensava serem apoiados por elementos da linha dura das TNI, passaram a poder agir com impunidade. Estes grupos iniciaram uma campanha de violência e intimidação, organizada contra os activistas pró-independência e contra aldeias e distritos inteiros, com o objectivo de impor um resultado pró-autonomia.

- 9 O ritmo das negociações foi acelerado. Ao introduzir a chamada "segunda opção", Jacarta excluía a hipótese de uma "autonomia de transição", segundo a qual, após um período de autonomia a acordar, Timor Leste decidiria o seu estatuto definitivo. A proposta de uma "segunda opção" constituiu uma viragem fundamental da posição indonésia e representou uma oportunidade única para resolver a questão de Timor Leste. Essa oportunidade dependia de um calendário apertado, uma vez que a Indonésia expressara o desejo de apresentar a decisão dos Timorenses à MPR logo que esta reunisse, após as eleições gerais de Junho. Numa reunião em Nova Iorque, entre 28 de Janeiro e 5 de Fevereiro, funcionários dos dois países discutiram os pormenores do plano de autonomia proposto. Quando se encontraram em Nova Iorque, a 7 e 8 de Fevereiro, os Ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia, Jaime Gama e Ali Alatas, acordaram em que o plano de autonomia deveria ser apresentado ao povo timorense como um "fim" e não como uma solução "transitória". Aceitar a proposta de autonomia da Indonésia significaria a integração definitiva na Indonésia. Inversamente, a rejeição da proposta pelo povo timorense representaria um passo irreversível para a independência.

- 10 Os dois Ministros dos Negócios Estrangeiros voltaram a encontrar-se em Nova Iorque a 10 e 11 de Março. Acordaram em que deveria haver uma consulta directa, na qual todos os Timorenses com idade para votar, a viver dentro ou fora do território de Timor Leste, votariam para aceitar ou rejeitar o estatuto definitivo de autonomia no seio da Indonésia. A fase final das negociações decorreu num contexto de crescente violência política em Timor Leste. A 6 de Abril, as milícias pró-integracionistas mataram mais de 25 civis que haviam procurado protecção numa igreja em Liquiçá. Em seguida, a 17 de Abril, pelo menos 13 pessoas foram mortas, quando milícias pró-integracionistas atacaram um grupo de pessoas refugiadas em casa do líder pró-independência Manuel Carrascalão, em Díli. A 21 de Abril, foi criada, em Díli, sob a égide do comandante das TNI, General Wiranto, a Comissão para a Paz e a Estabilidade, que incluía representantes do campo pró-independência e do campo pró-integração, do governo local de Timor Leste e os comandantes locais da polícia e das Forças Armadas. Mais tarde, a Comissão foi encarregada de, em colaboração com a ONU, elaborar um código de conduta, pelo qual todas as partes deveriam reger-se, durante os períodos anterior e posterior ao referendo. Este código de conduta destinava-se a garantir que os dois lados dessem os passos necessários ao desarmamento. As conversações entre Ali Alatas e Jaime Gama, realizadas em Nova Iorque, de 21 a 23 de Abril, tiveram como resultado final um conjunto de três acordos, que estabeleciam as linhas gerais de um processo de consulta popular. Estes acordos foram submetidos à aprovação final de Lisboa e de Jacarta.
- 11 A 5 de Maio de 1999, os três acordos foram assinados, numa cerimónia histórica, em Nova Iorque. A República da Indonésia e a República Portuguesa tinham chegado a um acordo global sobre a questão de Timor Leste. Este acordo incluía, como anexo, o quadro constitucional para a autonomia, apresentado pela Indonésia, um acordo relativo às modalidades da consulta popular e um acordo genérico sobre questões de segurança.

- 12 O acordo principal solicitava ao Secretário-Geral que apresentasse ao povo timorense o quadro constitucional proposto, para aprovação ou rejeição. O Artigo 5º estipulava que, em caso de aceitação, a Indonésia desencadearia as medidas constitucionais necessárias à aplicação do quadro de autonomia. Entretanto, Portugal daria início, junto da Assembleia Geral da ONU, aos procedimentos necessários à exclusão de Timor Leste da lista dos Territórios Não Autónomos, eliminando assim a questão de Timor Leste da agenda internacional. Reciprocamente, o Artigo 6º determinava que, caso os Timorenses rejeitassem a autonomia proposta, a Indonésia daria os passos constitucionais necessários para pôr termo à sua ligação com Timor Leste. Nesta eventualidade, a Indonésia, Portugal e o Secretário-Geral acordariam nas disposições necessárias para uma transferência pacífica e ordeira do poder para as Nações Unidas, abrindo o caminho para um processo de transição de Timor Leste para a independência.
- 13 A pergunta que o Secretário-Geral deveria colocar ao povo timorense era enunciada, com maior exactidão, no acordo sobre as modalidades. "Aceita a autonomia especial proposta para Timor Leste integrada no Estado Unitário da República da Indonésia?" ou "Rejeita a autonomia especial proposta para Timor Leste, levando à separação de Timor Leste da Indonésia?"
- 14 O acordo sobre questões de segurança atribuía à Indonésia a responsabilidade de garantir um clima de segurança, isento de violência e de intimidação, durante a consulta popular, como pré-requisito para a realização de uma votação livre e justa. Durante as negociações, que precederam a assinatura deste acordo, o Secretariado da ONU formulou algumas recomendações sobre segurança, dirigidas às partes envolvidas. Estas recomendações incluíam o desarmamento de todos os grupos paramilitares, o acantonamento das FALINTIL e a retirada de uma parte das forças indonésias de Timor Leste, durante o período imediatamente anterior à consulta. O acordo também destacava ser essencial a neutralidade absoluta das Forças Armadas Indonésias e da polícia indonésia (POLRI). Foi atribuída à POLRI a responsabilidade exclusiva pela manutenção da segu-

rança durante a missão e a votação. O acordo sobre as modalidades só previa a presença de um reduzido número de "agentes de segurança" da ONU e de "polícias civis internacionais", durante a votação, como conselheiros da POLRI.

- 15 A Indonésia tornou claro que não aceitaria qualquer redução da sua responsabilidade global, em termos de segurança, nem toleraria a presença de qualquer força armada de manutenção da paz da ONU. O Presidente Habibie não tinha o seu mandato assegurado para além da sessão seguinte da MPR e muitos dos seus rivais opunham-se aos acordos. Aproveitar esta "janela de oportunidade" foi uma decisão consciente de todas as partes, incluindo os Timorenses, apesar do risco de violência, implícito no clima de instabilidade que então se vivia em Timor Leste. Havia ainda o risco de, a não ser aproveitada, se perder totalmente esta oportunidade.
- 16 O acordo sobre as modalidades fixava o dia 8 de Agosto de 1999 como a data da votação para a consulta popular. O terreno difícil e as infra-estruturas limitadas de Timor Leste complicavam ainda mais a tarefa. Os funcionários da ONU responsáveis pelo escrutínio e pela logística teriam desejado que a data da consulta popular não fosse anterior a 8 de Setembro. O calendário constante dos acordos, definido por exigência da Indonésia, foi considerado demasiado apertado face à dimensão da tarefa. A 5 de Maio de 1999, o Secretário-Geral disse que a ONU enfrentaria dificuldades consideráveis, logísticas e outras, para realizar a consulta popular num tão curto espaço de tempo.

UNAMET

- 17 Na Resolução 1236, de 7 de Maio, o Conselho de Segurança congratulava-se com os Acordos de 5 de Maio e com a intenção do Secretário-Geral de estabelecer uma presença da ONU em Timor Leste. O Conselho solicitou ao Secretário-Geral que apresentasse planos pormenorizados sobre a consulta popular e a instalação da missão. Uma equipa de avaliação do Departamento de Assuntos Políticos da ONU deslocou-se a Timor Leste, em princípios de Maio, a fim de avaliar no terreno a situação política e de segurança. A equipa de prospecção também discutiu com as autoridades indonésias a disponibilidade de instalações em Díli. A missão iria instalar cerca de 1000 funcionários internacionais, que trabalharia com aproximadamente 4000 funcionários contratados localmente, no território de Timor Leste. O calendário apertado parecia ainda mais aterrador à medida que a equipa analisava a área de missão. Com uma superfície de 14 500 quilómetros quadrados, Timor Leste tem uma extensão Leste-Oeste de cerca de 265 quilómetros e é dominado por uma cordilheira montanhosa central que, no seu ponto mais elevado, atinge perto de 3000 metros. As estradas estavam em mau estado e a maior parte delas só era transitável em veículos de tracção às quatro rodas. As infra-estruturas de comunicações existentes eram muito limitadas, havendo poucos telefones fora das duas principais cidades. Além disso, Timor Leste não é um território contínuo: inclui o enclave de Oecussi, também conhecido por Ambeno, situado em Timor Ocidental, a cerca de 120 quilómetros a Oeste da fronteira entre Timor Leste e Timor Ocidental e, ainda, as ilhas de Ataúro e Jaco. Jacarta fica a 2 200 km a Oeste de Díli; a cidade importante mais próxima é Darwin, 750 km a Sudeste. Porém, em muitos casos, os abastecimentos tinham de vir ainda de mais longe, através de uma extensa cadeia de abastecimentos organizada pela Divisão de Assistência no Terreno e Logística (FALD), do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) da ONU. O equipamento indispensável era enviado a partir da base de logística da ONU em Brindisi, em Itália, e centenas de veículos todo-o-terreno foram transportados por via aérea a partir do Japão.

- 18 No relatório do Secretário-Geral ao Conselho, datado de 22 de Maio, propunha-se a criação da Missão da ONU em Timor Leste (UNAMET), com o objectivo de organizar e levar a cabo a consulta popular. Segundo o Secretário-Geral, havia três condições essenciais para que a missão fosse eficaz. Em primeiro lugar, esta deveria poder contar sempre com a total confiança e o apoio inequívoco do Conselho de Segurança. Em segundo, deveria ter garantida a total cooperação das autoridades indonésias. Em terceiro, deveria dispor dos recursos necessários ao desempenho das suas tarefas.
- 19 O Secretário-Geral sublinhava que a UNAMET desempenharia as suas tarefas com objectividade e imparcialidade. Os seus funcionários não pediriam nem aceitarão instruções de qualquer fonte exterior às Nações Unidas. Jamsheed Marker continuaria a ser o seu Representante Pessoal, mantendo a responsabilidade pelas negociações diplomáticas, e Ian Martin, do Reino Unido, foi nomeado Representante Especial para a Consulta Popular em Timor Leste e chefe da UNAMET. A missão incluiria componentes nas áreas política, eleitoral, de polícia civil, de informação e administrativa/financeira, directamente dependentes de Ian Martin. Mais tarde, juntaram-se-lhes também 50 Oficiais de Ligação Militar (MLO), que fariam a ligação entre a UNAMET e as TNI e, sempre que necessário, aconselhariam Ian Martin sobre assuntos militares. Os direitos humanos seriam integrados em diversos aspectos das componentes da Missão. Além disso, esta incluiria uma pequena componente para acompanhar a situação humanitária no Território e aconselhar Ian Martin sobre questões humanitárias. Ian Martin foi nomeado para este cargo após uma carreira notável, que incluiu responsabilidades elevadas e difíceis em operações da ONU em zonas de conflito, como o Ruanda e o Haiti. Antes de assumir o seu cargo na UNAMET, foi Alto Representante Adjunto para os Direitos Humanos na Bósnia-Herzegovina.

- 20 Na sua máxima dimensão, a UNAMET teria 241 funcionários internacionais e mais de 450 Voluntários da ONU (UNV), um máximo de 280 polícias civis (CIVPOL) e 50 MLO. No que se referia ao preenchimento dos principais lugares políticos e de direcção, foi dada especial atenção ao recrutamento de pessoas com experiência em missões da ONU, com conhecimento da região e com capacidades linguísticas adequadas. A ONU baseou-se na sua experiência ímpar em eleições em todo o mundo para designar funcionários muito experientes. A instalação da UNAMET começou com a criação de um quartel-general em Díli, seguida da criação de 7 centros regionais. A UNAMET colocou em Jacarta um especialista da ONU em questões políticas, Tamrat Samuel, que, na sua qualidade de membro do Secretariado, trabalhara na questão de Timor Leste durante muitos anos, para manter um contacto constante com as autoridades indonésias, com Xanana Gusmão (que se encontrava ainda em Jacarta, sob prisão domiciliária) e com a comunidade diplomática.
- 21 Com base nos cadernos eleitorais indonésios, a missão de avaliação de começos de Maio calculou em cerca de 400 000 o número de eleitores em Timor Leste. O planeamento incluiu uma margem de segurança para um eleitorado de 450 000 votantes. O recenseamento seria realizado em 200 postos em território de Timor Leste, que funcionariam também como secções de voto. Tal como previa o acordo sobre as modalidades, haveria 13 secções de voto no exterior, destinadas aos Timorenses residentes fora do Território – cinco na Indonésia, quatro na Austrália e uma em Portugal, Moçambique, Macau e Estados Unidos. Todos os participantes no processo de consulta deveriam recensear-se num período de vinte dias, especialmente para a votação de 8 de Agosto de 1999. Quando concluídos, os cadernos eleitorais seriam afixados publicamente durante cinco dias. Para a votação, os centros de recenseamento seriam subdivididos em 700 mesas de voto. A votação no exterior seguiria o mesmo calendário.

- 22 A ONU não teve qualquer papel de observador neste referendo, por estar a organizar o escrutínio. A UNAMET acreditou aqueles que desejavam ser observadores da consulta e forneceu-lhes um código de conduta. Todas as fases do processo foram cuidadosamente verificadas. No final da consulta, a unidade eleitoral acreditou mais de 2000 observadores: 1 450 nacionais, 525 internacionais e 100 oficiais.
- 23 A fim de garantir a total transparência do processo de consulta e de assegurar o tratamento de queixas de qualquer origem por um organismo independente, o Secretário-Geral criou uma Comissão Eleitoral independente, composta por três eminentes juristas, com larga experiência em processos eleitorais: Patrick Bradley (Reino Unido), Johan Kriegler (África do Sul) e Bong-Scuk Sohn (República da Coreia). O papel desta Comissão era observar directamente todo o processo de consulta, desde o recenseamento até à contagem dos votos, e validar os resultados.
- 24 O Acordo sobre as Modalidades previa que o planeamento e a instalação operacionais decorreriam entre 10 de Maio e 15 de Junho. Simultaneamente, o programa de informação pública e de educação do eleitorado prolongar-se-ia de 10 de Maio a 5 de Agosto. A preparação e o recenseamento foram agendados para o período de 13 de Junho a 17 de Julho. Seguiam-se, entre 18 e 23 de Julho, a afixação dos cadernos, as reclamações e as decisões sobre as reclamações e queixas. Estava também previsto um período de campanha política, de 10 de Julho a 5 de Agosto, e dois dias de reflexão, antes do referendo, a 8 de Agosto. Instalar o pessoal e o material, vindos de todo o mundo, num território tão remoto representou um enorme desafio. Desde o dia em que os Acordos foram assinados, o calendário oficial neles fixado parecia irrealista àqueles que estavam encarregados de o pôr em prática.

- 25 As instruções e os procedimentos relativos a todos os aspectos do processo de consulta foram rapidamente elaborados pela Divisão de Assistência Eleitoral do Secretariado da ONU, em colaboração com a Comissão Eleitoral Australiana (AEC) e com a Organização Internacional das Migrações (OIM), dois parceiros essenciais responsáveis pela votação no exterior. Estas instruções e procedimentos incluíam directivas sobre o processo de recenseamento, documentação, recursos, códigos de conduta e votação e contagem dos votos no exterior. A concepção do boletim foi debatida com as partes interessadas e foi iniciada a aquisição de urnas, boletins de voto, cabinas de voto, selos e outros acessórios.
- 26 A 22 de Maio, o Secretário-Geral recordou ao Conselho que Jacarta era responsável por garantir que a consulta popular decorreria de forma isenta e pacífica. O Secretário-Geral informou, porém, o Conselho de que, a despeito das repetidas garantias dadas pelas autoridades indonésias de que as actividades das milícias armadas seriam restringidas, continuavam a ser recebidos relatos credíveis de intimidações e assassinatos, levados a cabo pelas milícias, contra civis pró-independentistas desarmados. O Secretário-Geral mostrou-se profundamente preocupado por ter sabido, pela equipa de avaliação, que a situação em Timor Leste era extremamente tensa e instável. Enquanto a equipa esteve em Díli, verificaram-se vários tiroteios nos arredores da cidade, a casa de um responsável de uma organização local de direitos humanos foi alvo de vandalismo e houve um recontro entre grupos pró-integração e pró-independência, do qual resultaram pelo menos três mortos. Além disso, havia indícios de que as milícias pró-integracionistas – que muitos observadores consideravam estarem em actividade com a aprovação de elementos das TNI – não só tinham começado a atacar grupos pró-independentistas como também tinham começado a ameaçar apoiantes pró-integracionistas moderados. Camiões carregados de elementos das milícias pró-integracionistas circulavam livremente nas cidades e instalavam controlos nas estradas, sem que houvesse

qualquer intervenção das TNI ou da polícia. Parecia haver cerca de 24 grupos destes tipo, espalhados pelo Território. A maioria dos líderes pró-independentistas fugira de Díli ou estava escondida. Só um dos líderes do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT, pró-independentista), Leandro Isaac, que se refugiara na sede da polícia em Díli, se mostrou disponível para se encontrar com alguns membros da equipa, durante a estadia desta em Timor Leste.

- 27 A 11 de Junho, a UNAMET foi criada pela Resolução 1246 do Conselho de Segurança que, como aconteceu nos meses seguintes com todas as resoluções sobre Timor Leste, foi aprovada por unanimidade. Era esta a autorização de que o Secretariado da ONU precisava para poder tomar decisões chave. A resolução confirmava a estrutura da UNAMET, tal como esta fora delineada pelo Secretário-Geral, no seu relatório de 22 de Maio.
- 28 O Conselho autorizou a presença de um máximo de 280 CIVPOL, integrados na UNAMET e com funções de consultores da POLRI, no cumprimento das suas tarefas e, na altura da consulta, com funções de supervisão da escolta do transporte dos boletins e das urnas de voto de e para os locais de votação. O mandato limitado da CIVPOL e dos MLO foi por vezes mal compreendido. A CIVPOL apenas podia dar aconselhamento à POLRI e os MLO estavam ainda mais limitados no seu papel de ligação às TNI. Estas duas componentes não foram concebidas como forças de manutenção da paz, uma opção não prevista pelo Conselho, dada a sistemática oposição da Indonésia à instalação de uma força internacional e ao seu compromisso declarado de garantir um clima de segurança conducente à realização de um referendo livre e justo. Alguns países participantes levantaram momentaneamente a questão de atribuir ou não armas à CIVPOL, para defesa e protecção pessoais. No entanto, o DPKO, o departamento responsável pela organização dos envios

de polícias e soldados, considerou que armar a CIVPOL seria potencialmente mais perigoso. As armas pouco adiantariam para a segurança do pessoal da ONU e teriam por certo sido consideradas uma provocação pelas indisciplinadas milícias armadas pró-integracionistas, que se opunham à presença da ONU em Timor Leste. O Secretário-Geral disse ao Conselho que a UNAMET assumiria uma posição clara contra os actos de intimidação, vindos de qualquer quadrante. Contudo, a UNAMET não tinha à sua disposição nada mais forte do que a persuasão moral e a pressão diplomática internacional. A Resolução 1246 salientava que a Indonésia concordara que fossem agregados à UNAMET 50 MLO. Estes também estariam desarmados.

- 29 O Conselho salientou a intenção da Indonésia e de Portugal de enviar igual número de representantes oficiais para observar todas as fases operacionais do processo de consulta, dentro e fora de Timor Leste. O Conselho apelou a todas as partes para que colaborassem com a UNAMET no cumprimento do seu mandato e para que garantissem a segurança e a liberdade de movimentos do seu pessoal, no exercício desse mandato em todas as zonas de Timor Leste. O Conselho voltou também a salientar a responsabilidade da Indonésia na manutenção da paz e da segurança no Território, incluindo a segurança de todo o pessoal da ONU e de todos os observadores.
- 30 O Conselho condenou os actos de violência, independentemente da sua origem, e apelou ao fim de tais actos e à deposição das armas por todos os grupos armados de Timor Leste. O Conselho apelou para que fossem dados os passos necessários ao desarmamento e para garantir um clima de segurança, isento de violência e de outras formas de intimidação, o que constituía um pré-requisito para a realização de uma votação livre e isenta. Para além disso, era pedido a todas as partes que garantissem a existência de condições para uma ampla implementação da consulta popular, com a plena participação do povo timorense. Neste aspecto, solicitava-se que fossem desenvolvidos os maiores esforços para tornar operacional a Comissão para a Paz e a Estabilidade. Em especial, era sublinhada a necessidade de, em cooperação com a UNAMET, as autoridades indonésias proporcionarem segurança e protecção aos membros da Comissão.

- 31 O Conselho pediu para ser informado, quinzenalmente, sobre a execução das suas resoluções e dos Acordos Tripartidos e, ainda, sobre a situação de segurança em Timor Leste. A UNAMET tornou-se rapidamente operacional. A 22 de Junho, o Secretário-Geral informou o Conselho da existência de progressos consideráveis, desde o seu último relatório, datado do mês anterior. O Funcionário Eleitoral Principal, Jeffrey Fischer, dos Estados Unidos, chegou a Díli a 15 de Junho, para chefiar a equipa eleitoral central já em funcionamento. Os primeiros Voluntários da ONU estavam, então, a receber formação em Darwin, na Austrália. A sua chegada a Timor Leste estava prevista para o dia seguinte. Até 8 de Julho, todos os UNV deveriam estar no terreno. Alguns eram jovens estreatantes, outros antigos veteranos de muitas operações da ONU. Entre eles deveriam incluir-se médicos e técnicos de laboratório, que se ocupariam da saúde dos elementos em missão. Doenças como a malária e a febre de dengue eram frequentes em Timor Leste. A instalação deste vasto e importante contingente da UNAMET foi retardada por vários factores, entre os quais a indisponibilidade de vistos indonésios e a necessidade de se esperar pela aplicação da Resolução 1246, antes de ser concluído, com o Programa de Voluntários da ONU com sede em Bona, na Alemanha, o protocolo de acordo relativo aos UNV.

- 32 Em Nova Iorque, enquanto decorriam conversações entre a Indonésia e Portugal sobre o número de observadores que cada país enviaria para observar oficialmente a consulta, foi elaborado um código de conduta, para ser distribuído entre todos os observadores internacionais acreditados. Os dois países acabaram por acordar no envio de 50 observadores de cada um deles. No terreno, o planeamento e os preparativos eleitorais continuavam em ritmo acelerado. Por esta altura, ficou concluído o reconhecimento dos 13 distritos e foram decididas as localizações dos oito gabinetes regionais. Então, 12 dias apenas após o início oficial da missão, estavam já abertos quatro gabinetes, esperando-se que os restantes estivessem em funcionamento até 24 de Junho. Estava também já bastante adiantado o planeamento relativo à instalação dos 400 funcionários eleitorais no terreno e a criação dos 200 centros de recenseamento, a partir dos quais estes iriam trabalhar. Nesta altura, estavam já redigidas as directivas necessárias para a consulta popular, que viriam depois a ser promulgadas pelo Chefe de Missão. O boletim de voto já fora discutido e acordado pelas partes interessadas, embora tivesse sido necessário negociar símbolos aceitáveis, distintos e diferentes, para acompanhar as perguntas, em conformidade com o acordo sobre as modalidades. Estas eram formuladas em quatro línguas, com imagens diferentes para a opção "aceitar" e para a opção "rejeitar". A opção "aceitar", ou opção pró-autonomia, tinha um mapa de Timor Leste, três casas tradicionais e a bandeira indonésia sobre fundo azul. A opção "rejeitar" tinha um mapa de Timor Leste com a bandeira do CNRT sobre fundo verde.

- 33 O Secretário-Geral nomeou o australiano Alan Mills para o cargo de Comissário da CIVPOL. Desde a sua chegada a Díli, a 12 de Junho, Mills e uma equipa avançada da CIVPOL trabalharam em estreita colaboração com a polícia local. O primeiro grupo de 41 CIVPOL chegou nove dias mais tarde, após ter recebido formação em Darwin. Dos 274 oficiais de polícia de que a UNAMET necessitava, 254 tinham já sido identificados pelos Estados Membros e estavam a ser recrutados. Encontrar pessoal adequado não foi tão difícil como colocá-lo no terreno atempadamente. Contando com a ajuda dos Estados Membros, o Secretário-Geral esperava ter todos os CIVPOL da ONU no terreno até 10 de Julho. Em fins de Junho, com o envio da equipa avançada, havia começado a instalação dos MLO. Pouco depois, o Secretário-Geral nomeou o brigadeiro Rezaq Haider, do Bangladesh, para o cargo de Oficial Principal de Ligação Militar
- 34 A componente de informação pública da UNAMET apressou-se a lançar uma campanha destinada a dar aos Timorenses a informação necessária para estes poderem fazer uma escolha fundamentada no referendo. O primeiro grande passo da campanha foi a difusão, pela rádio local, da declaração do Secretário-Geral ao povo de Timor Leste. Na sua mensagem, o Secretário-Geral destacava a finalidade e os objectivos da UNAMET, assinalava a imparcialidade da missão no que se referia ao resultado da consulta, sublinhava o carácter secreto da votação e pedia a todos os Timorenses que mostrassem contenção e não recorressem à violência. Pouco depois, a UNAMET iniciava emissões radiofónicas de informação sobre a consulta popular, em inglês, bahasa indonésio, português e tétum, com uma duração de cerca de três horas diárias. Mais tarde, seguiram-se emissões televisivas em quatro línguas, na televisão nacional indonésia (TVRI). O Gabinete de Informação Pública (GIP) encomendou a músicos locais uma canção da UNAMET, intitulada "Por favor decida", que viria a tornar-se popular em todo o Território. Foram elaborados e distribuídos em todo o Território textos escritos nas quatro línguas, incluindo traduções dos Acordos de 5 de Maio. A missão contou com uma colaboração substancial da Imprensa, Rádio e Televisão locais, para a disseminação, em todo o

Território, de informação sobre a consulta popular. A informação sobre a consulta popular foi, também, posta à disposição dos timorenses espalhados pelo Mundo, através de uma página Internet própria. Na totalidade, o Gabinete de Informação Pública elaborou e distribuiu mais de 750 000 textos multilingues impressos e produziu mais de 300 horas de emissões de rádio e televisão.

- 35 Durante o mês de Junho, os funcionários políticos da UNAMET acompanharam activamente a situação política em todo o Território. Os seus relatórios referiam que as actividades das milícias pró-integracionistas continuavam e tinham provocado a deslocação de um grande número de pessoas, uma evolução que poderia ter graves repercussões na universalidade da votação. A dada altura, calculou-se que haveria cerca de 60 000 pessoas internamente deslocadas (PID). A situação de desigualdade política era alimentada por acções prematuras de campanha pró-autonomia, ao mesmo tempo que a segurança dos grupos pró-independência e a sua liberdade de acção política continuavam severamente restringidas.
- 36 A UNAMET também apoiou os esforços desenvolvidos pelos bispos de Díli e de Baucau no sentido de promover o processo de reconciliação entre os líderes timorenses, com vista a instalar a harmonia na sociedade timorense, independentemente do resultado da votação. Em finais de Junho, foram agendadas várias reuniões, incluindo uma em Jacarta, com a participação de Xanana Gusmão. O esforço de reconciliação foi um exercício lento e laborioso de criação de confiança, muitas vezes minado pela relutância de algumas das partes em fazer concessões antes do veredicto dos Timorenses, na consulta popular. Os funcionários políticos da UNAMET em Timor Leste e em Jacarta trabalharam pacientemente com todos os interessados, a fim de construir uma alternativa pacífica aos que defendiam a violência. Estes funcionários tentaram delinear uma estratégia pós-referendo que englobasse todas as facções, por forma a garantir a resolução pacífica de um conflito que durava havia décadas. A UNAMET estava optimista quanto aos importantes resultados das conversações, se houvesse a boa vontade e o apoio

- necessários de todos os interessados. Mas, apesar de ser frequente o estabelecimento de boas relações pessoais entre líderes de facções opostas, no decorrer das conversações – que eram conduzidas amigavelmente e sem grandes ressentimentos – destas não resultaram imediatamente compromissos políticos vinculativos.
- 37 Foram inúmeros os desafios enfrentados para conseguir instalar totalmente a missão e para a tornar operacional. No seu relatório de 22 de Junho, o Secretário-Geral salientava que, ainda durante as negociações que tinham conduzido aos Acordos de 5 de Maio, a ONU informara as partes interessadas de que a data de 8 de Agosto para a votação seria difícil de cumprir. O calendário não deixava margem para os obstáculos práticos que quase inevitavelmente surgiam nestes compromissos. Contudo, dada a forte preferência pela realização da consulta a 8 de Agosto, a ONU desenvolveria todos os esforços para cumprir esta meta. Em finais de Junho, haviam sido cumpridas as principais etapas relacionadas com a instalação de pessoal e equipamento, iniciada imediatamente após a assinatura, a 5 de Maio. O ritmo tornou-se ainda mais acelerado, quando a UNAMET recebeu, a 11 de Junho, o mandato formal do Conselho. A Resolução 1246 tinha de ser aprovada antes de se poderem formalizar compromissos com os Estados Membros e com as agências que forneciam pessoal para a missão.
- 38 Nesta fase de instalação, a UNAMET recebeu grande apoio dos Estados Membros participantes, incluindo de sectores diferentes do Governo da Indonésia. A própria UNAMET foi parcialmente financiada através de um fundo de afectação especial criado pelo Secretário-Geral e para o qual diversos países contribuíram com importantes verbas. A Austrália deu contribuições substanciais em espécie, como o pagamento do aluguer e dos custos operacionais da frota de um máximo de 4 helicópteros da UNAMET. Dada a sua proximidade, a cidade de Darwin, capital do Território do Norte da Austrália, tornou-se um ponto de apoio essencial para a operação. A Austrália tomou rapidamente medidas para minimizar a burocracia, a fim de acelerar a instalação a partir de Darwin. A UNAMET foi constituída a uma velocidade excepcional. No entanto, tornou-se evidente que a instalação não estaria concluída antes de 10 de Julho.

- 39 Nos termos do Acordo, e antes do início do recenseamento, foi pedido ao Secretário-Geral que, com base na avaliação objectiva da missão, se certificasse da existência das condições de segurança necessárias à realização pacífica do processo de consulta. Entre os principais elementos, que deveriam permitir-lhe chegar a esta conclusão, contavam-se o controlo efectivo dos grupos civis armados e a prisão e o julgamento rápidos de todos quantos incitassem à violência ou ameaçassem recorrer a ela, o que incluía a proibição de manifestações públicas de grupos armados, a reinstalação das TNI e o lançamento imediato de um processo de desarmamento de todos os grupos armados, a completar muito antes da realização da votação. Segundo o Secretário-Geral, o cumprimento destas condições permitiria o exercício da liberdade de associação e de expressão de todas as forças e tendências políticas. No início de Maio, o Secretário-Geral concluíra que, em Timor Leste, os níveis de tensão eram elevados e que ocorriam graves incidentes de violência política. Aquando do seu relatório de 22 de Junho, estes problemas persistiam.
- 40 O Secretário-Geral assinalou que, entre os seus relatórios de Maio e de Junho, se registara uma evolução positiva. Fora constituída, em Díli, uma *Task Force* indonésia de alto nível, directamente dependente de uma equipa de nível ministerial, em Jacarta. Esta *Task Force* era um óptimo canal de comunicação e de cooperação operacional entre a UNAMET e as autoridades indonésias. Este canal era complementado por contactos permanentes, através do gabinete em Jacarta, e por visitas frequentes de Ian Martin, Jamsheed Marker e do seu adjunto Francesc Vendrell, uns e outras destinados a assegurar uma cooperação clara e sem ambiguidades com as autoridades indonésias, ao mais alto nível. Com a instalação da UNAMET, as condições de segurança nas cidades de Díli e Baucau melhoraram visivelmente. As actividades da Comissão para a Paz e a Estabilidade também eram encorajadoras, embora ainda houvesse muito por fazer para a transformar num mecanismo eficaz, capaz de tratar as questões de segurança no terreno. Do mesmo modo, a UNAMET continuou a desenvolver esforços para promover a reconciliação entre

líderes timorenses, tendo havido encontros dos líderes pró-autonomia com Xanana Gusmão e outros líderes pró-independência, em Jacarta. No entanto, a UNAMET, através dos relatórios verbais do Secretariado perante o Conselho, havia deixado claro que a atmosfera de calma relativa que se vivia em Díli e em Baucau não se estendia ao resto do Território. Em especial, a situação nos distritos ocidentais continuava a ser muito grave.

- 41 No seu relatório de 22 de Junho, o Secretário-Geral sublinhava que as milícias pró-integracionistas, que muitos observadores pensavam estarem a actuar com a conivência de elementos das TNI, levavam a cabo, em muitas zonas, actos de violência e de intimidação contra a população. A situação dos deslocados internos era má. A prestação de assistência a estes deslocados cessara praticamente, nos três meses anteriores, visto que as ONG locais, as organizações ligadas à Igreja e outras organizações humanitárias eram ameaçadas pelas milícias pró-integracionistas. Além das graves preocupações humanitárias e de direitos humanos suscitadas pelas deslocamentos internos, o Secretário-Geral disse que o processo de recenseamento poderia ser gravemente dificultado, uma vez que as regras eleitorais estipulavam que os Timorenses tinham de se recensear e votar no mesmo local. As actividades das milícias, acrescentou, continuavam a ter um efeito limitativo sobre a liberdade política, silenciando os activistas pró-independentistas e os seus apoiantes e forçando-os a esconder-se, o que punha em perigo a abertura necessária ao processo de consulta. Era preocupante o facto de as milícias, que estavam envolvidas em actos de violência contra civis, serem apresentadas por algumas autoridades como forças de defesa civil. A nomeação do chefe de um grupo de milícias para um cargo, na força de defesa civil a constituir, em Díli, era um caso ilustrativo.
- 42 A UNAMET também recebeu queixas de líderes pró-integração sobre acções violentas das FALINTIL e procurou informar-se sobre os incidentes citados. Em meados de Junho, após discussões com a polícia e com as FALINTIL, a UNAMET levou a cabo uma operação bem sucedida para receber a entrega, pelas FALINTIL, de dois reféns – um polícia e um membro das milí-

cias. A entrega foi também testemunhada por delegados do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV). Um exame feito aos dois homens revelou que, embora não estivessem feridos com gravidade, estes apresentavam escoriações devidas a maus tratos durante o cativeiro. No entanto, a maior parte das queixas contra as FALINTIL, apresentadas por grupos pró-integracionistas, eram pouco pormenorizadas e, muitas vezes, só eram feitas muitas semanas depois do pretense incidente. Em muitos casos, as queixas nem sequer eram investigadas pela polícia indonésia, o que tornava difícil a CIVPOL – que tinha apenas um papel consultivo e não dispunha de mandato para levar a cabo investigações próprias – dar-lhes seguimento.

- 43 As condições de segurança limitavam fortemente as oportunidades de expressão pública dos activistas pró-independência mas a campanha pró-autonomia prosseguia activamente, realizada, em muitos casos, por funcionários locais. Havia fortes indícios de estarem a ser usados fundos públicos para este fim, o que era contrário às disposições dos Acordos de 5 de Maio, que limitavam a campanha eleitoral ao período para ela previsto, proibiam o uso de fundos públicos para fins de campanha e estabeleciam que a participação de funcionários governamentais de Timor Leste na campanha só poderia ser feita a título pessoal e sem recurso ao peso do cargo. Quando havia provas, documentais e outras, destas violações dos Acordos, a UNAMET apresentava protestos junto das autoridades indonésias.
- 44 Nos dias que precederam o relatório do Secretário-Geral, o seu enviado Jamsheed Marker avistara-se com funcionários de alto nível do Governo indonésio, incluindo o Presidente Habibie, para debater a UNAMET e a situação em Timor Leste, tendo recebido garantias da Indonésia de que asseguraria as condições de segurança adequadas. O Secretário-Geral salientou que o processo de consulta representava uma oportunidade histórica de resolver pacificamente a questão de Timor Leste e disse estar bem consciente dos estímulos para se chegar a uma resposta definitiva a esta questão o mais cedo possível. Contudo, acrescentou, para que a consulta pudesse ser a base de uma estabilidade duradoira, o próprio processo teria de ser transparente e todos os intervenientes deveriam ter a oportunidade de se exprimir livremente, a fim de poderem ter confiança no resultado.

- 45 A 22 de Junho, o Secretário-Geral afirmou não poder garantir que estivessem reunidas as condições necessárias para se poder dar início às fases operacionais do processo de consulta, dada a situação de insegurança que se verificava na maior parte do território de Timor Leste e a ausência de condições de igualdade. O Secretário-Geral também desejava poder dar à UNAMET o tempo necessário para esta dispor de forças suficientes para iniciar eficientemente o recenseamento. O recenseamento deveria começar ao mesmo tempo em todas as zonas, por forma a dar aos Timorenses igualdade de oportunidades de se recensearem, durante os 20 dias previstos pelos Acordos. Por conseguinte, o Secretário-Geral declarou que a UNAMET não daria início às fases operacionais antes de estar plenamente instalada, o que também proporcionaria às autoridades indonésias o tempo necessário para resolver os problemas de segurança pendentes.
- 46 A UNAMET calculou que, mesmo ao ritmo acelerado a que então se processava, a instalação completa de todos os funcionários eleitorais no terreno e da maioria dos restantes funcionários em Timor Leste significaria que o recenseamento poderia começar a 13 de Julho, o que representava um atraso de três semanas, relativamente à data de arranque inicialmente prevista de 22 de Junho. O Secretário-Geral disse esperar que a situação de segurança tivesse, então, melhorado o suficiente para lhe permitir fazer uma avaliação positiva das condições de segurança, a fim de se poder dar início às fases operacionais da consulta. O Secretário-Geral informou o Conselho de que, face às suas preocupações, decidira adiar por três semanas a sua apreciação sobre se a votação poderia ou não realizar-se, o que, por sua vez, acarretaria um atraso da data da votação. Por esta altura, Jamsheed Marker já informara os signatários dos Acordos sobre a posição do Secretário-Geral e os dois intervenientes concordaram com um adiamento inicial da data da votação por duas semanas.

- 47 A tensão em Timor Leste continuava a aumentar, após um ataque das milícias pró-integracionistas, a 29 de Junho, contra o escritório da UNAMET em Maliana, na parte ocidental do Território. Um grupo de cerca de 100 pessoas apedrejou o escritório e os que se encontravam no recinto. Estavam presentes funcionários da UNAMET e alguns Timorenses locais, alguns dos quais ali se haviam refugiado quando o incidente começou. Um membro do pessoal da UNAMET, uma funcionária eleitoral distrital, da África do Sul, sofreu um ferimento ligeiro numa perna. Vários timorenses, que não eram membros do pessoal mas que se tinham abrigado nas instalações, sofreram diversos ferimentos, alguns dos quais na cabeça. O escritório ficou seriamente danificado. A Indonésia afirmou que o ataque fora consequência de um recontro entre dois grupos timorenses, que atingira o escritório da UNAMET, quando alguns apoiantes pró-independência ali procuraram refúgio. Mas a UNAMET fora informada previamente da realização deste ataque e alertara a polícia. Depois desta agressão, parte do pessoal foi temporariamente transferido para Díli.
- 48 A 4 de Julho, em Liquiçá, a fragilidade do clima de segurança foi, uma vez mais, demonstrada por um ataque a um comboio humanitário formado por várias ONG locais. O comboio tinha ido entregar ajuda de emergência e prestar assistência médica a deslocados instalados na região. As milícias atacaram o comboio nos arredores de Liquiçá, quando este saía da cidade para voltar para Díli. Nele vijavam deslocados que necessitavam de cuidados médicos urgentes. O responsável da UNAMET para os assuntos humanitários e o representante do ACNUR em Timor Leste acompanhavam o comboio. Tendo sido informados das ameaças das milícias, os organizadores do comboio e a UNAMET haviam solicitado uma escolta policial, que não se concretizou. Vários elementos das ONG ficaram feridos e uma pessoa foi hospitalizada. Durante e após o ataque ao comboio, o pessoal da UNAMET em Liquiçá foi também ameaçado, tendo sido temporariamente retirado para Díli, como medida de precaução.

- 49 Quase desde início, a UNAMET foi alvo de uma campanha sistemática de desinformação, que ultrapassou a crítica incisiva para incluir a mentira deliberada. O exemplo mais extremo foi a acusação de que a CIVPOL e funcionários políticos da UNAMET tinham "saqueado" uma casa numa aldeia, em busca de armas, sendo a dita casa posteriormente destruída pelas TNI e filmada pela televisão estatal. Por sorte, um jornalista que acompanhava a UNAMET filmara a busca efectivamente realizada por esta. As imagens mostravam que a UNAMET realizara uma busca pacífica e que fora acompanhada pela polícia indonésia. Igualmente preocupante foi a colocação de uma arma de fabrico artesanal no veículo do responsável da UNAMET para os assuntos humanitários, durante o ataque ao comboio em Liquiçá. Tratava-se de uma pistola de fabrico artesanal, das utilizadas pelas milícias, e foi rápida e publicamente entregue à polícia, que depois citou o funcionário da UNAMET por posse ilegal de uma arma. Esta foi a única vez, durante a consulta popular, em que a polícia indonésia recorreu à secção do código penal que proibia o porte de arma. A UNAMET pedira à POLRI que aplicasse esta mesma lei para controlar a intimidação aberta que os pró-integracionistas armados exerciam nas ruas de Timor Leste. A complacência da polícia exasperava o pessoal da UNAMET e era motivo de preocupação frequente, publicamente expressa pelos observadores internacionais.
- 50 A imagem que era dada da parcialidade pró-independência por parte da UNAMET, resultante da boa fé e não de uma tática deliberada para colocar a missão na defensiva, decorria de dois pontos fundamentais. Em primeiro lugar, a UNAMET tinha a responsabilidade de lutar pela igualdade de oportunidades, um esforço que punha em causa o domínio que as forças pró-integracionistas haviam adquirido antes da sua chegada. Em segundo lugar, era essencial que a UNAMET desse publicamente uma imagem da situação real em termos de segurança, incluindo a dimensão das deslocações internas. A moderação global das declarações da ONU sobre as condições de segurança, em especial no que se referia ao envolvimento das TNI, chegou a provo-

car alguns problemas de credibilidade da UNAMET junto dos representantes dos meios de comunicação internacionais presentes em Díli, que tinham plena consciência da realidade. As declarações dos media e do grupo de observadores eram muito mais directas, por exemplo, ao estabelecer repetidamente, em termos duros, a ligação entre as TNI e as milícias.

- 51 Em consequência dos ataques de 29 de Junho e de 4 de Julho, houve fortes protestos e uma ampla condenação internacional das autoridades indonésias. O próprio Ian Martin foi a Jacarta, após o segundo incidente, para expressar a sua preocupação quanto às condições de segurança no Território, junto do comandante das TNI, General Wiranto. Numa reacção directa aos protestos, oito ministros indonésios visitaram Díli, a 12 de Julho, por ordem do Presidente Habibie, para avaliar a situação. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ali Alatas, encontrou-se com Ian Martin, com o Comissário Mills da CIVPOL e com o Representante Pessoal Adjunto Vendrell, que se encontrava em Díli, numa visita anteriormente agendada. Alatas garantiu aos funcionários da ONU que as autoridades indonésias estavam a investigar o suposto envolvimento de várias pessoas nos recentes incidentes de Maliana e Liquiçá. Esta pressão combinada terá garantido que actos deste tipo contra a UNAMET não se tivessem repetido, até ao dia da votação. No entanto, a intimidação da população local fora das principais áreas urbanas continuou sem tréguas.
- 52 Os Acordos de 5 de Maio não atribuíam à ONU qualquer mandato directo para garantir a segurança mas conferiam ao gabinete do Secretário-Geral o poder discricionário para, em qualquer altura, decidir parar o processo ou avançar para a fase seguinte. A perspectiva de obter maior segurança, atrasando o processo ou, até, parando-o, teria de ser cuidadosamente pesada, face ao risco de privar o povo de Timor Leste da oportunidade histórica concedida pelos Acordos. Não era de modo algum seguro que, caso o calendário fosse substancialmente alterado, a consulta chegasse a realizar-se.

- 53 O processo de recenseamento teve início a 16 de Julho, embora, numa carta datada de 14 de Julho e dirigida ao Presidente do Conselho de Segurança, o Secretário-Geral tivesse assinalado não estarem reunidas, em todo o Território, todas as condições necessárias para a realização pacífica do processo de consulta popular. O atraso do início do recenseamento implicava que a data da votação fosse, por sua vez, adiada para 30 de Agosto. A decisão de dar início ao recenseamento foi tomada com base nas garantias positivas dadas pelas autoridades indonésias e com a condição de, durante o recenseamento, haver melhorias significativas e visíveis das condições de segurança, realizando-se uma nova avaliação, a meio desse período.
- 54 Em si, o processo de recenseamento foi, em geral, isento de violência. Quase imediatamente depois de ter começado, demonstrou ser um grande sucesso, pois os eleitores acorreram a recensear-se. Esta comparência em massa submergiu os funcionários eleitorais distritais e levou à colocação de mais funcionários nos locais mais procurados. A resposta entusiástica provava o profundo desejo do povo de Timor Leste de participar na consulta popular. Em massa, os Timorenses desafiaram a violência e a intimidação. Paradoxalmente, as vítimas da violência eram quem mais desejava que a consulta popular fosse por diante. A análise intercalar do Secretário-Geral tornou-se um mero exercício académico, face à elevada afluência. Os Timorenses tinham conseguido ultrapassar o clima de medo. A UNAMET não teve alternativa senão recomendar ao Secretário-Geral a continuação, sem interrupções, do recenseamento. O receio de que a exigência de dois tipos de identificação (uma prova de identidade e uma prova de capacidade eleitoral) fosse excessiva provou ser infundado. Foi possível o recurso a declarações escritas sob juramento, como forma de provar a identidade ou a capacidade eleitoral, tendo este recurso sido largamente utilizado pela população, com poucos casos de fraude. A informatização dos cadernos eleitorais teve como consequência haver pou-

cas duplicações e, quando os cadernos foram afixados, quase não houve reclamações. A única reclamação fundamentada foi apresentada por um observador oficial indonésio, que pôs em causa a inscrição de 700 eleitores em Portugal, com base no facto de estes não serem de etnia timorense. Contudo, todos cumpriam os critérios de admissão ao sufrágio. O acordo sobre as modalidades estipulava que todos os indivíduos nascidos em Timor Leste ou fora de Timor Leste, mas que tivessem um progenitor timorense e os cônjuges destas duas categorias poderiam votar. As preocupações relativas à possibilidade de as pessoas internamente deslocadas se recensearem também se dissiparam. Dando provas de uma admirável força de vontade, as pessoas deslocadas por meses de violência regressaram aos seus locais de origem para se recensearem ou dirigiram-se ao posto de recenseamento mais próximo do local onde então residiam. Os números também apontavam para o êxito dos esforços da UNAMET para informar os eleitores sobre o processo e a sua confidencialidade.

- 55 A UNAMET sempre esteve disposta a ser flexível, quando isso fosse possível, sem atrasar o calendário da consulta popular. Em resultado de pedidos da Indonésia e de alguns grupos políticos, o período inicial de recenseamento, de vinte dias, foi alargado por mais dois dias, em Timor Leste, e por mais quatro, fora do Território, para garantir que nenhum cidadão com capacidade eleitoral fosse excluído. Perto do fim do recenseamento, o fluxo de candidatos diminuiu progressivamente, um indício claro de que o processo servira plenamente a população. A Comissão Eleitoral Independente, composta por três membros, analisou o processo de recenseamento e validou-o como base legítima para a realização da consulta. Foi um feito notável, já que as equipas eleitorais da UNAMET, muitas vezes tendo de combater o isolamento e a doença, trabalharam durante 22 dias, desde antes de o Sol nascer até depois de o Sol se pôr, para conseguir recensear 433 576 pessoas em Timor Leste, em 22 dias. Quando a este número se juntaram os dos 13 postos internacionais de recenseamento, obteve-se um total de 446 666 eleitores inscritos para votar na consulta popular.

- 56 Durante o período de recenseamento, de 16 de Julho a 6 de Agosto, a violência diminuiu consideravelmente, em especial no que se referia a ataques e ameaças contra o pessoal da UNAMET, que, então, se encontrava numa posição ainda mais vulnerável, por estar espalhado pelo Território, para proceder ao recenseamento. Foram feitas algumas detenções relacionadas com o ataque das milícias ao comboio de Liquiçá mas, no essencial, o problema da impunidade mantinha-se. As autoridades e os grupos pró-integracionistas também apresentaram queixas de pretensos abusos cometidos pelas forças pró-independência das FALINTIL. No entanto, as investigações realizadas pela UNAMET levaram à conclusão de que, graças às persistentes instruções dadas aos guerrilheiros por Xanana Gusmão, a partir de Jacarta, para que não se deixassem arrastar para a violência, as FALINTIL haviam adoptado uma estratégia de contenção, mantendo-se nos acantonamentos e sem desencadear operações abertas.
- 57 Durante o período de campanha, em Agosto, o padrão geral foi um encorajador grau de cooperação entre os líderes dos campos pró-independência e pró-integração, frequentemente prejudicado pela violenta resistência das milícias à organização dos pró-independentes e às suas acções de campanha. O projecto de código de conduta para a campanha política, preparado pelas Nações Unidas, foi negociado com êxito e acordado a 9 de Agosto pelos dois lados em confronto. O CNRT era a coligação dos grupos pró-independentes, enquanto, imediatamente antes do período de campanha, os grupos que defendiam a autonomia tinham constituído a Frente Unida Pró-Autonomia de Timor Leste (UNIF). Imediatamente antes do período de campanha eleitoral, foram criados comités regionais de campanha, que funcionavam como fóruns para a resolução de conflitos de campanha entre partidos, para a coordenação das acções de campanha, para debater as questões de campanha e para resolver os diferendos. Durante a campanha, registaram-se ataques contra escritórios do CNRT e contra grupos de estudantes, que, por iniciativa própria, haviam desempenhado um papel essencial na educação do eleitorado e para incentivar o elevado nível de recenseamento. O ambiente político esteve longe de ser calmo, durante a campanha. Embora as condições de segurança variassem de região para região, os relatos de actos de intimidação e violência contra

activistas pró-independência surgiam um pouco por toda a parte. Em Viqueque, dois jovens pró-independentistas locais foram mortos de forma violenta, a 11 de Agosto.

- 58 A 9 de Agosto, foi apresentado ao Conselho de Segurança um plano, aceitável tanto para a Indonésia como para Portugal, para a fase de transição, após o referendo. O plano previa uma "fase de transição", entre os resultados do referendo e a implementação dos resultados, durante a qual seria criada a Região Autónoma Especial de Timor Leste (SARET) ou preparada a transição para um Timor Leste independente. A UNAMET alargada teria a sua CIVPOL aumentada para um contingente 460 homens, com 300 MLO, aos quais, no essencial, seria dado um mandato semelhante. Conforme estabelecido nos Acordos de 5 de Maio, a Indonésia, especificamente a polícia indonésia, continuaria a ser plenamente responsável pela manutenção da lei e da ordem. Mais uma vez, esta recomendação baseava-se no máximo que a Indonésia estaria disposta a aceitar. Nesta fase, o Conselho aprovaria apenas as acções com as quais a Indonésia tivesse concordado ou às quais tivesse dado o seu assentimento. Assim, algumas partes da UNAMET seriam adaptadas, passando a existir uma componente mais vasta de assuntos civis e uma pequena unidade eleitoral, mas o mandato continuaria a ser a monitorização e o aconselhamento à Indonésia. Não foi fixado um prazo para o "período de transição" mas considerava-se que este terminaria entre a ratificação do referendo pela MPR e o fim do ano orçamental indonésio, a 31 de Março de 2000. O Secretário-Geral solicitou um prolongamento inicial do mandato da UNAMET por três meses, a partir de 31 de Agosto.
- 59 Desde a criação da UNAMET, o pessoal da sua componente política mantivera contactos periódicos e frequentes com grupos pró-autonomia e pró-independência e com as autoridades indonésias. Estes contactos intensificaram-se, à medida que o referendo se aproximava. Através deles, a UNAMET desenvolveu, embora sem sucesso, o máximo de esforços para tornar plenamente operacional a Comissão para a Paz e a Estabilidade e para obter garantias quanto à segurança de todos os seus membros. A UNAMET também participou em diversas reuniões desta

Comissão, realizadas em meados de Junho, em Jacarta. Esta mudança de local de reunião permitiu que Xanana Gusmão, o presidente detido do CNRT e comandante do seu braço armado, as FALINTIL, assumisse pela primeira vez o seu lugar na Comissão. Avançou-se na elaboração de um código de conduta em matéria de paz e segurança, pelo qual todas as partes se deveriam reger durante e após o processo de consulta. As FALINTIL e os chefes das milícias expressaram a sua disponibilidade para, em princípio, concentrar as suas forças em áreas pré-determinadas e para permitir que a polícia assumisse total responsabilidade pela manutenção da lei e da ordem. Os líderes pró-independentes e pró-integracionistas comprometeram-se também a respeitar o processo de consulta, a depor as armas e a concluir o desarmamento muito antes da votação. Esperava-se que a implementação efectiva destas decisões conduzisse a uma considerável melhoria das condições de segurança em Timor Leste, permitindo a realização de um processo de consulta credível. Estava previsto que a UNAMET apresentasse uma proposta sobre a deposição das armas e o desarmamento e participasse neste processo. A tarefa não era fácil. Após a chegada da UNAMET, as FALINTIL decidiram, unilateralmente, acantonar as suas forças em quatro locais em Timor Leste, embora recusando o desarmamento até a presença das TNI ser drasticamente reduzida e as tropas que permanecessem no Território serem confinadas aos seus quartéis. Os MLO supervisionaram o acantonamento das FALINTIL e informaram que este parecia genuíno. Simultaneamente, as milícias pró-integracionistas entregaram publicamente pequenas quantidades de armamento antigo e defeituoso, enquanto continuavam a campanha de violência nas ruas. As milícias pró-integracionistas afirmaram que não entregariam as armas, até as FALINTIL o fazerem, mas os elementos das FALINTIL nas montanhas recusaram-se a aceitar ser equiparadas às recém-formadas milícias.

- 60 Como já anteriormente acontecera ao longo do processo, o recrudescimento da violência das milícias contrastava com o grau de evolução dos esforços de reconciliação entre os líderes políticos timorenses. Funcionários portugueses e indonésios reuniram-se em Jacarta e em Lisboa, para discutir os preparativos

para o período pós-referendo. A 11 e 22 de Agosto, a ONU convocou reuniões em Jacarta, durante as quais os líderes timorenses deram passos positivos no sentido da reconciliação. Depois de várias rondas de conversações separadas entre os funcionários políticos da UNAMET e as várias facções, os líderes timorenses chegaram a acordo sobre a formação de uma Comissão Consultiva para Timor Leste, nomeada pelo Secretário-Geral e composta por igual número de representantes dos grupos pró-independência e pró-autonomia. Esta Comissão constituiria um fórum para a participação dos Timorenses nas disposições relativas ao período posterior ao referendo.

- 61 Apesar de alguns sinais prometedores, a UNAMET concluiu que a igualdade de oportunidades, algo que a UNAMET pugnara por obter, nunca estivera sequer perto de existir, durante uma campanha política marcada por ataques das milícias contra os que faziam campanha a favor da independência. Os estudantes pró-independentes, que tinham regressado da Indonésia ou de Díli para se fixarem nos distritos, eram os mais hostilizados e muitos dos escritórios do CNRT recentemente abertos eram atacados e encerrados. À medida que o fim da campanha e o dia da votação se aproximavam, o aumento da actividade das milícias tornava-se evidente. Os boatos pululavam e a ansiedade crescia, à medida que se aproximava o dia da votação. Para além dos relatórios da UNAMET, a 20 de Agosto, a Comissão Eleitoral Independente escreveu ao Representante Especial Ian Martin, pedindo-lhe que chamasse a atenção do Secretário-Geral para as suas preocupações quanto ao facto de "as condições de segurança em Timor Leste estarem a deteriorar-se de dia para dia". A Comissão afirmava que a Indonésia tinha falhado no cumprimento das suas obrigações de garantir um clima de segurança e de agir de forma imparcial. Esta avaliação da Comissão foi transmitida, a 24 de Agosto, ao Conselho de Segurança, quando este foi informado acerca da situação pelo Secretariado da ONU. Três dias depois, o Conselho, através da Resolução 1262, subscreveu as recomendações do Secretário-Geral, propostas a 9 de Agosto, sobre o aumento de efectivos e a reestruturação da UNAMET, durante o "período de transição". O mandato da UNAMET foi prolongado até 30 de Novembro de 1999. Esta resolução foi rapidamente ultrapassada pelo ritmo dramático dos acontecimentos.

- 62 Em vésperas do referendo, a UNAMET mediou um acordo sobre a restrição das movimentações de elementos pró-integração e pró-independência armados. Este acordo, designado por "Declaração de Baucau", foi subscrito pelos líderes das milícias e das FALINTIL e, também, pela polícia e pelo Exército indonésios, numa cerimónia pública, na sede da UNAMET, a 29 de Agosto. Foi o máximo que a UNAMET conseguiu antes do referendo. Embora estivesse longe de ser uma deposição das armas, esperava-se que este acordo tivesse, ainda assim, alguns efeitos positivos sobre as condições de segurança e sobre a votação. Durante todo o mandato da UNAMET, as FALINTIL mostraram-se disciplinadas, tendo os seus líderes afirmado não quererem ser arrastados para um conflito que pudesse ser retratado como uma "guerra civil". Mas o acordo para limitar o porte de armas foi violado pelos líderes das milícias pró-integracionistas, logo após a sua assinatura. Devido à presença de um forte contingente de órgãos de informação internacionais, que se encontravam em Timor Leste para cobrir o referendo, as imagens de um líder das milícias, empunhando uma pistola, nas ruas de Díli, depois de ter assinado o acordo, foram transmitidas por satélite para todo o mundo.
- 63 No dia da votação, 30 de Agosto de 1999, 98,6% dos eleitores recenseados, ou seja, 446 953 timorenses, foram votar, dentro e fora do Território. Os receios de que se registassem perturbações em larga escala na votação não se concretizaram, na maioria dos locais. Desde a sua chegada, a UNAMET tinha sido submergida por informações orais e escritas sobre reuniões entre as TNI e as milícias, supostamente para planearem ataques específicos a líderes e bairros pró-independentistas ou à própria UNAMET. Havia o receio, amplamente difundido, de que a votação pudesse ser sabotada pela violência em larga escala, no dia do referendo. Salvo raras exceções, os acontecimentos não corresponderam às previsões. Houve alguns incidentes de segurança, durante o dia, mas foram rapidamente sanados e a votação pôde continuar. Contudo, esta calma generalizada foi quebrada pelo assassinato de dois funcionários locais da UNAMET, em Atsabe, no distrito de Ermera, após o fecho das urnas, o que provocou grande indignação.

- 64 A contagem dos votos foi efectuada de forma centralizada, em Díli, a fim de garantir a confidencialidade do sentido de voto das populações locais. Houve alguns grandes atrasos no regresso das urnas a Díli, em especial das provenientes do distrito de Ermera, onde a situação era muito tensa, após o assassinato dos funcionários da secção de voto. No entanto, dois dias depois, todas as urnas tinham sido transportadas para Díli. Durante o recenseamento e, mais tarde, durante a votação, a equipa eleitoral da UNAMET integrou no processo diversas salvaguardas, destinadas a proteger os eleitores e a garantir a máxima participação. A mais importante destas foi a contagem centralizada, por forma a garantir que nenhuma comunidade pudesse ser penalizada pela forma como tinha votado. Recorde-se que, na altura, as milícias pró-integracionistas haviam ameaçado dividir Timor Leste em duas partes: uma metade oriental, considerada por eles pró-independentista; e uma metade ocidental, pró-integracionista. Embora fosse uma excepção à regra aplicada na Indonésia, onde os votos de cada urna são contados em público na mesa de voto, a contagem centralizada é vulgar em todo o Mundo e foi utilizada pela Autoridade de Transição das Nações Unidas no Camboja (UNTAC), nas eleições gerais de 1993. A recolha das urnas começou às 6 horas da manhã de 31 de Agosto e ficou concluída às 22 horas de 2 de Setembro. O número de boletins de voto utilizados, somado ao número dos boletins inutilizados, era praticamente igual ao número de boletins distribuídos. A Comissão Eleitoral Independente decidiu que se podia dar início à contagem. Depois de todas as urnas terem sido identificadas, sempre na presença de observadores oficiais, a mistura dos votos começou na manhã de 3 de Setembro e a contagem efectiva ao princípio da tarde do mesmo dia. Os funcionários eleitorais trabalharam por equipas, com poucas paragens, durante toda a noite. A contagem ficou concluída às 6 da manhã de 4 de Setembro. Apesar de a Unidade Eleitoral ter dito que esta tarefa poderia demorar sete dias, o que significava uma semana, no máximo, esta estimativa foi incorrectamente interpretada como querendo dizer que os resultados seriam anunciados uma semana mais tarde. Decidiu-se divulgar os resultados logo

que possível, para evitar qualquer fuga de informação. Receando distúrbios, as autoridades indonésias também tinham pedido que o resultado fosse anunciado de manhã, o que lhes permitiria enfrentar possíveis problemas de segurança à luz do dia.

Às 9 horas da manhã, o Representante Especial Ian Martin tornou público, em Díli, o resultado. Simultaneamente, o Secretário-Geral informou o Conselho de Segurança do resultado, numa sessão aberta, em Nova Iorque. O povo de Timor Leste tinha-se pronunciado claramente: 344 580 eleitores, ou seja, 78,5%, rejeitaram a proposta de autonomia especial; e 94 388 eleitores, ou seja, 21,5%, votaram a favor dela. A despeito dos problemas de segurança, o processo decorreu globalmente de forma transparente, salvaguardando, ao mesmo tempo, a confidencialidade do voto, o que permitiu à UNAMET concluir a consulta sem ameaças graves à sua integridade.

- 65 A Comissão Eleitoral Independente validou o resultado inequívoco, depois de ter realizado uma análise pública de alguns protestos e pretensas irregularidades. A Comissão declarou que, mesmo que os grupos pró-integracionistas tivessem conseguido provar as suas alegações de irregularidades, estas eram tão insignificantes que não teriam qualquer efeito real sobre o resultado da votação. Na sua decisão sobre os resultados, a Comissão afirmou que "a consulta popular tinha sido isenta, do ponto de vista processual, e conforme com os Acordos de Nova Iorque, constituindo, conseqüentemente, um reflexo exacto da vontade do povo de Timor Leste".

Violência pós-referendo

- 66 Em contraste com o carácter pacífico do dia da votação, as condições de segurança em Timor Leste deterioraram-se rapidamente, após a votação. A violência intensificou-se depois do anúncio do resultado. A eclosão da violência foi bem documentada pelas centenas de jornalistas e observadores que ainda se encontravam em Timor Leste. Imagens de milícias pró-integracionistas ilegais correndo, em fúria, pelas ruas de Díli e cercando o recinto da UNAMET foram universalmente difundidas. A 1 de Setembro, cerca de 700 residentes locais aterrorizados procuraram refúgio, durante a noite, na sede da UNAMET. As milícias pró-integracionistas levaram a cabo operações organizadas e coordenadas, em todos os centros populacionais, saqueando cidades e deslocando pela força, para o interior, para Timor Ocidental e para outras regiões da Indonésia, centenas de milhares de timorenses. Relatos regulares, feitos por pessoal da ONU, por grupos de observadores internacionais credíveis e pelos media, atestavam o envolvimento directo de elementos das TNI e da polícia nesta campanha.
- 67 A principal mensagem da campanha de informação pública da UNAMET, destinada a combater a intimidação dos eleitores, tinha sido salientar que ninguém saberia o sentido do voto de pessoas ou áreas geográficas e que, nos termos do Acordo, a ONU continuaria em Timor Leste, independentemente do resultado. Em consequência, a maioria do pessoal da UNAMET mostrou grande relutância em sair do Território, quando a violência eclodiu, após o referendo, e quando esta se intensificou, após o anúncio de 4 de Setembro. A chefia da missão enfrentava, porém, um penoso dilema. A UNAMET tinha por única tarefa organizar a consulta popular. O novo mandato, de 27 de Agosto, não alargara os seus poderes. A UNAMET não tinha por missão nem dispunha de meios para impor a segurança, mas o Representante Especial Ian Martin e os funcionários superiores que com ele trabalhavam tinham responsabilidade permanente pela segurança do pessoal da UNAMET.

- 68 Imediatamente após o encerramento das mesas de voto, dois funcionários locais foram mortos no distrito de Ermera. Também depois da conclusão da votação e antes do anúncio dos resultados, tiveram início em Maliana vários dias de violência. A 1 de Setembro, funcionários eleitorais distritais e pessoal local do escritórios de Maliana foram levados para Díli. O resto do pessoal de Maliana juntou-se-lhes na capital, a 3 de Setembro, depois de dois funcionários locais terem sido mortos junto ao escritório. Pelo menos seis membros do pessoal da UNAMET foram mortos durante o surto de violência pós-referendo. A Indonésia não cumpriu as suas obrigações de protecção do pessoal da UNAMET, constantes do acordo que estabelecera com a ONU sobre o estatuto da missão. Este foi o começo de uma acção sistemática, que alastrou a todas as regiões, após o anúncio dos resultados. Primeiro, a violência das milícias ameaçava o pessoal local e internacional da UNAMET, a trabalhar nos escritórios regionais; depois, a polícia indonésia declarava não poder garantir a segurança do pessoal da ONU e começava a preparar a sua própria retirada. A escolha foi difícil mas, após consultas com os responsáveis pela segurança no terreno – os MLO e a CIVPOL – nas regiões e com o Centro de Operações Conjuntas, em Díli, foram tomadas várias decisões, com vista à transferência do pessoal a trabalhar nas várias regiões. Nalguns casos, estas transferências podiam ser feitas por estrada, sob escolta policial; noutros, era preciso recorrer aos helicópteros da UNAMET, cujas tripulações voaram, com grande perícia e coragem, em circunstâncias perigosas, por vezes debaixo de fogo. Nalguns casos, as milícias locais, as TNI e a polícia não queriam deixar partir ou não queriam escoltar o pessoal local, que deveria ser transferido juntamente com o pessoal internacional. Este último tinha de se manter firme, até esta oposição ser ultrapassada. A UNAMET considerou que, se o pessoal local tivesse sido deixado nos escritórios regionais, o número de mortos registado entre esse pessoal teria sido muito mais elevado.
- 69 Na maioria dos casos, a violência dirigida contra os escritórios da UNAMET, e que também se verificava nas proximidades destes, tinha em vista ameaçar e intimidar e não ferir ou matar funcionários internacionais. Antes do referendo, tinha havido,

em algumas regiões, ameaças graves contra determinados elementos da UNAMET. No período que se seguiu ao referendo, registaram-se, por duas vezes, ataques letais contra funcionários internacionais. Em Liquiçá, foram disparados tiros de armas automáticas contra um comboio que saía da cidade e um CIVPOL dos EUA foi atingido no estômago. Mais tarde, verificou-se que um veículo da ONU, claramente identificado, apresentava mais de uma dúzia de buracos de bala. Foram também disparados tiros de armas automáticas contra o escritório de Baucau. O pessoal da UNAMET ficou deitado no chão, durante o ataque, e ninguém foi ferido, por milagre. Em quase toda a parte, pensava-se que, caso a retirada tivesse sido adiada, poderia ter havido uma escalada de violência contra a UNAMET.

- 70 Os escritórios regionais de Maliana foram abandonados a 3 de Setembro; os de Aileu, Ainaro, Liquiçá e Same, a 4 de Setembro; os de Manatuto e Suai, a 5 de Setembro; e o de Ermera, a 6 de Setembro. Os restantes escritórios fora de Díli – Baucau, Los Palos, Oecussi e Viqueque – fecharam, a 7 de Setembro. Entretanto, em Díli, a 5 de Setembro, uma rajada de tiros fez afluir, em pânico, ao recinto da UNAMET um grupo de deslocados internos que se encontrava refugiado numa escola vizinha. Os pais atiravam os filhos por cima do arame farpado, que encimava os muros das instalações. Mais uma vez, as câmaras estavam lá, para captar estas imagens cruas da situação cada vez mais desesperada do povo de Timor Leste. A partir de então, o recinto da UNAMET foi o lar de 1000 a 2000 deslocados. O repatriamento da maioria do pessoal eleitoral decorrerá como previsto, mas o número dos restantes funcionários internacionais e locais dentro do recinto não parava de aumentar, contribuindo para as condições de sobrelotação e de insalubridade. Os funcionários internacionais considerados não essenciais foram transferidos para Darwin.
- 71 A 6 de Setembro, os milhares de pessoas refugiadas na residência do Bispo D. Ximenes Belo foram atacadas e levadas à força, em camiões, para Timor Ocidental. A mesma táctica foi utilizada nas vizinhas instalações do CICV. A polícia separou os delegados internacionais do CICV do pessoal local e levou consigo os primeiros. Os milhares de pessoas que tinham procurado asilo

nestas instalações juntaram-se ao êxodo forçado para Timor Ocidental. D. Ximenes Belo foi levado para Baucau, num helicóptero da POLRI, antes de ser evacuado, no dia seguinte, com o pessoal da UNAMET, para Darwin. Estes dois ataques chocaram a comunidade internacional e suscitaram forte condenação. Todos os habitantes de Díli que não tinham fugido para as montanhas foram agrupados pelas TNI, pela polícia e pelas milícias e obrigados a partir para Timor Ocidental. À meia noite de 6-7 de Setembro, a Indonésia declarava a lei marcial e enviava para o Território mais algumas centenas de soldados da Reserva Estratégica (Kostrad), chefiados por um novo comandante, Major-General Kiki Syahnakri. Contudo, os edifícios continuavam a ser sistematicamente pilhados e incendiados. Entretanto, a 7 de Setembro, em Jacarta, a Indonésia libertava Xanana Gusmão. Durante meses, o Secretário-Geral pedira discretamente ao Presidente Habibie que libertasse Xanana Gusmão, como um gesto de paz e para promover a estabilidade. A Indonésia recusou-se a fazê-lo até depois da consulta popular. Dada a desordem que reinava em Timor Leste, Xanana Gusmão não podia regressar ao Território e, após uma breve estada na Embaixada Britânica em Jacarta, voou para Darwin. Depois de os veículos da UNAMET terem sido repetidamente atacados a tiro, em Díli, o pessoal deixou de poder sair do recinto, sem escolta das TNI. Nem mesmo a presença de uma escolta composta pelas novas tropas das TNI impediu que as milícias ameaçassem seriamente funcionários de segurança da UNAMET e elementos da CIVPOL, no porto de Díli, frustrando os seus esforços para levar abastecimentos de um armazém portuário para as instalações cercadas. Os MLO da UNAMET colocados no quartel-general das TNI em Timor Leste assinalaram uma aparente falta de controlo do comandante e as suas dúvidas quanto à capacidade deste para garantir a segurança da UNAMET. Soldados das TNI foram vistos a queimar pastas e documentos. Em várias capitais e em Díli, foi exercida pressão no sentido de serem retirados vários contingentes nacionais da CIVPOL. Nesta atmosfera de crise crescente, na noite de 8 de Setembro, o Representante Especial Ian Martin recomendou a Nova Iorque a retirada, para Darwin, de todos os funcionários locais e internacionais.

- 72 Por essa altura, alguns Estados Membros e o Secretário-Geral começaram a propor, em Nova Iorque e não só, que fosse formada uma "coligação de boas vontades" para ajudar a restabelecer a paz em Timor Leste. Esta intervenção dependia do acordo da Indonésia quanto a uma força de paz multinacional e teria por base uma resolução do Conselho de Segurança. Claramente preocupado pela deterioração verificada em Timor Leste, o Secretário-Geral tornou-se num acérrimo defensor desta opção. Comunicava dia e noite com o Presidente indonésio, para discutir a necessidade de assumir o controlo da situação, logo que possível. Manteve, ainda, consultas com muitos Chefes de Estado e de Governo que desejavam e podiam prestar auxílio, num esforço concertado para resolver a crise.
- 73 A 8 de Setembro, o Secretariado da ONU em Nova Iorque aprovou a retirada, para Darwin, da maior parte do restante pessoal da UNAMET, incluindo funcionários locais e suas famílias, refugiados nas instalações desta, em Díli. Dias antes, havia sido proposto e acordado, em princípio, entre o Secretariado e a Austrália, que qualquer retirada incluiria o pessoal internacional e o pessoal local. O Governo australiano, que tinha vários aviões militares de transporte de prevenção, concordara em transportá-los e admiti-los temporariamente na Austrália, tal como o pessoal local da Missão de Observação Portuguesa e familiares de José Ramos Horta, que se tinham refugiado no recinto da UNAMET. Esta conseguiu obter o compromisso das TNI em como autorizariam a retirada e assegurariam a escolta necessária. Ian Martin mantinha contactos telefónicos periódicos com o conselheiro para as informações militares do Chefe das TNI, General Wiranto. No momento em que estava reunido em Díli com os comandantes das TNI, Ian Martin recebeu uma mensagem de Wiranto pedindo que a UNAMET não partisse. Era demasiado tarde para fazer os preparativos necessários para uma partida sob escolta, ao início da manhã de 9 de Setembro, altura proposta pelos comandantes das TNI. A partida foi, assim, adiada por 24 horas. A UNAMET informara os deslocados internos que se encontravam na sua sede sobre a provável partida e, durante a noite, alguns deles fugiram pelas traseiras para as mon-

tanhas próximas. Ao mesmo tempo, alguns elementos da UNAMET tinham-se disponibilizado para ficar nas instalações, a fim de não abandonar os deslocados. Ian Martin pediu que se fizesse uma lista dos potenciais voluntários. Durante o dia 9 de Setembro, foi possível planear a permanência de cerca de 80 funcionários internacionais. Na manhã de 10 de Setembro, a partida do restante pessoal internacional e local decorreu sem incidentes, tendo-se registado apenas um disparo isolado contra um veículo da UNAMET, que fazia parte do combóio. Mas, apesar deste êxito, havia mais sinais preocupantes. Com Ian Martin e o Chefe da Segurança fora de contacto, no aeroporto, foi permitido a membros armados das milícias furar o cordão das TNI em volta da UNAMET e desafiar os MLO e os elementos da CIVPOL, que estavam desarmados, disparando tiros para o ar e ameaçando entrar no recinto. O Secretário-Geral afirmou que este facto demonstrava a ineficácia das garantias de protecção, recentemente renovadas, da Indonésia. Esta falha foi imediatamente comunicada por telefone à delegação do Conselho de Segurança, que, na altura, estava reunida com o General Wiranto, em Jacarta.

- 74 No dia 6 de Setembro, o Conselho de Segurança tinha enviado à Indonésia uma missão, encarregada de transmitir ao Governo a sua preocupação relativamente à violência pós-referendo. A missão chegou a Jacarta a 8 de Setembro. Era chefiada pelo Representante Permanente da Namíbia e incluía os Representantes Permanentes da Malásia, da Eslovénia e do Reino Unido, o Representante Permanente Adjunto dos Países Baixos e o Representante Especial Adjunto Francesc Vendrell. Em Jacarta, a missão teve encontros com o Presidente Habibie, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Ali Alatas e com o General Wiranto, que também era o Ministro da Defesa, e visitou a líder da oposição Megawati Sukarnoputri, Xanana Gusmão, que, na altura, estava ainda detido em Jacarta e, ainda, o corpo diplomático.

- 75 Face às informações cada vez mais alarmantes e às incertezas que estas suscitavam, o Secretário-Geral deu à Indonésia 48 a 72 horas para demonstrar que a situação tinha melhorado, após a declaração da lei marcial. Contudo, a 10 de Setembro, quando o prazo expirou, as informações preocupantes continuavam a chegar. Numa conferência de Imprensa a meio do dia, em Nova Iorque, o Secretário-Geral invocou a liderança moral implícita na sua função, como responsável das Nações Unidas. Em primeiro lugar, traçou um quadro sombrio da realidade no terreno, em Timor Leste. A Indonésia tinha falhado no cumprimento das suas responsabilidades, mesmo depois de a lei marcial ter sido decretada. "Timor Leste está a caminhar para a anarquia. As milícias pró-integracionistas, derrotadas por maioria esmagadora nas urnas, lançaram-se numa orgia de pilhagens, incêndios e matança." O Secretário-Geral disse ter apelado insistentemente ao Presidente Habibie para controlar a situação. O tempo da diplomacia discreta acabara. Agora, o Secretário-Geral dirigia-se ao Mundo e apelava à acção pública. "É evidente ter chegado a hora de a Indonésia pedir o auxílio da comunidade internacional para poder cumprir as suas responsabilidades de proporcionar ordem e segurança ao povo de Timor Leste." Salientou que diversos Governos da região, incluindo os da Austrália, Nova Zelândia, Filipinas e Malásia tinham reafirmado a sua vontade de participar numa força internacional com este objectivo. A Austrália, em especial, assumira um importante compromisso e, a pedido do Secretário-Geral, concordara em assumir o comando da força. O Secretário-Geral instava a Indonésia a aceitar a oferta de auxílio sem mais demoras, com um aviso severo. "Se se recusar a fazê-lo, a Indonésia não poderá fugir à responsabilidade de uma situação que – de acordo com as informações que recebemos – poderá equivaler a crimes contra a humanidade".

- 76 A 11 de Setembro, a missão do Conselho de Segurança fez uma curta visita a Díli, acompanhada de um forte contingente de órgãos da comunicação social, tendo-se encontrado com os comandantes locais das TNI e visitado a sede da UNAMET. A maior parte da cidade tinha sido queimada, destruída e saqueada. Mais tarde, a missão relatou que "tinham partido sob uma forte sensação de choque, face à destruição verificada". Havia claramente uma "incoerência" entre o que lhes fora dito em Jacarta e os acontecimentos no terreno. A destruição "não poderia ter ocorrido sem o envolvimento de um grande número de elementos do Exército e da Polícia indonésios" e, quando a missão chegara a Díli, "pouco parecia sobrar [em Díli] para as milícias pilharem". O General Wiranto, que viajara separadamente, encontrava-se em Díli ao mesmo tempo que a missão. No seu relatório, esta assinalou que, "no decurso da visita, tornou-se claro que a opinião do General Wiranto também se tinha modificado". Enquanto se encontrava em Díli, a missão ouviu uma análise alarmante da situação, feita pela UNAMET. "Na nossa opinião, esta transferência em massa, pela força, para fora de Timor Leste foi preparada para dar a impressão de uma insatisfação generalizada quanto ao resultado da votação, de uma situação de guerra civil e para colocar grandes grupos da população sob controlo indonésio, longe do foco das atenções internacionais". As preocupações internacionais aumentavam. A Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Mary Robinson, deslocou-se à região a 10 de Setembro, voando primeiro para Darwin a fim de tomar conhecimento, em primeira mão, dos relatos dos funcionários da UNAMET e de outras pessoas que tinham fugido de Timor Leste e, depois, para Jacarta, onde se encontrou com o Presidente Habibie e com Xanana Gusmão. A Comissária afirmou ser evidente terem sido cometidos em Timor Leste graves violações dos direitos humanos, que tinham atingido toda a população e todo o território.

- 77 A 11 de Setembro, em Nova Iorque, doze horas mais cedo em Díli, numa sessão especial, 52 Estados Membros participaram numa sessão pública do Conselho de Segurança, realizada com o fim de debater a situação em Timor Leste. O Secretário-Geral abriu a sessão com um apelo renovado à Indonésia para que aceitasse uma força de paz. Assinalou que aquela sessão especial demonstrava o elevado grau de preocupação internacional. "Tem havido uma avassaladora resposta pública internacional à situação crítica do povo de Timor Leste, que vive horas sombrias". Os Governos dos Estados Membros estavam a ser pressionados pelos seus eleitorados. No dia anterior, o Papa apelara à comunidade internacional para que "pusse fim ao massacre". A maioria dos oradores condenou, em termos duros, a demissão da Indonésia das responsabilidades que lhe incumbiam, segundo os Acordos de 5 de Maio, e apelou a Jacarta para que aceitasse uma presença internacional para manutenção da paz. Em tempo real, tendo em conta a diferença horária entre Nova Iorque e Jacarta, este debate realizou-se ao mesmo tempo que o Presidente Habibie e os seus conselheiros debatiam a mudança de política indonésia sobre a não aceitação da força de manutenção da paz. Logo quando o debate se iniciou, foram recebidas informações não-oficiais sobre a iminente mudança de posição de Jacarta. Esta mudança tornou-se oficial na manhã seguinte ao encerramento do debate de Nova Iorque.
- 78 A missão do Conselho de Segurança tinha agendada uma nova reunião com o Presidente Habibie para o fim do dia 12 de Setembro, Domingo de manhã em Nova Iorque. Pouco antes deste encontro, o Presidente Habibie anunciou à comunicação social que, apesar de terem feito o máximo para estabilizar a situação em Timor Leste, em circunstâncias muito difíceis e complexas, as Forças Armadas Indonésias tinham sido obrigadas a reconhecer que havia limites para aquilo que podiam realizar. Habibie disse aos media que informara o Secretário-Geral sobre a disponibilidade incondicional da Indonésia "para, através das Nações Unidas, aceitar forças internacionais de manutenção da paz oriundas de países amigos, encarregues de restabelecer a paz e a segurança em Timor Leste, de proteger a população e de implementar os resultados do referendo de 30 de Agosto de 1999".

- 79 Quando se encontrou com a missão do Conselho de Segurança, Habibie voltou a manifestar a boa vontade da Indonésia em permitir a retirada, para a Austrália, dos deslocados refugiados na sede da UNAMET, em facilitar entregas de alimentos por via aérea à população refugiada nas montanhas e, ainda, em garantir que as FALINTIL não fossem atacadas nos seus acantonamentos.
- 80 O Representante Especial Ian Martin tinha repetido publicamente as declarações do Secretário-Geral sobre a necessidade de uma força internacional, em entrevistas dadas a partir da sede, em Díli. No entanto, a aceitação de uma força multinacional criava um novo risco: o de uma última reacção brutal de elementos das milícias e das TNI, antes da chegada daquela força, tendo como possíveis alvos a UNAMET e os refugiados que se encontravam nas suas instalações. Em todo o caso, as condições dentro do recinto da UNAMET pioravam a olhos vistos: havia pouca comida e o saneamento era deficiente. A UNAMET estivera a trabalhar numa solução para esta situação, que talvez permitisse o transporte dos refugiados, em camiões, para junto de outros deslocados pró-independência, na segurança relativa das montanhas vizinhas. Esta solução foi inviabilizada, mas a Austrália concordou em transportá-los por avião para Darwin e o Secretário-Geral conseguiu o acordo do Presidente Habibie. A UNAMET pôde, assim, negociar com as TNI, em Díli, uma nova operação de segurança, prevista para o início da manhã de 14 de Setembro.
- 81 O principal objectivo da manutenção de funcionários nas instalações tinha sido proteger os deslocados. Com pouca mobilidade fora delas, a missão da UNAMET ficou limitada nas suas capacidades. O simbolismo da continuidade da sua presença em Timor Leste e as crescentes preocupações humanitárias tornavam desejável a permanência, em Díli, de uma pequena equipa. A Austrália concordou em que a UNAMET utilizasse o seu edifício consular desocupado e uma equipa de 10 funcionários, chefiada pelo Brigadeiro Rezaqul e incluindo MLO, CIVPOL, funcionários de segurança e um funcionário político, permaneceu no Território. Um funcionário do Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA), de Nova Iorque, e um representante da Alta Comissária para os Refugiados da ONU juntaram-se ao grupo.

- 82 No seguimento da mudança da política da Indonésia, o Conselho de Segurança, com uma rapidez impressionante, aprovou, a 15 de Setembro de 1999, a Resolução 1264. Ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, conhecido por capítulo sobre medidas coercitivas, o Conselho autorizou a criação de uma força multinacional (FMN), com poderes para usar todos os meios necessários para restabelecer a paz e a segurança em Timor Leste e que também tinha por mandato apoiar os enormes esforços de ajuda humanitária que estavam a ser mobilizados. Ian Martin deixou Dili a 14 de Setembro, com os deslocados e o pessoal da UNAMET, mas regressou, cinco dias depois, com o Comandante da Força Internacional para Timor Leste (INTERFET), Major-General Peter Cosgrove, da Austrália, para participar nas discussões entre este e as TNI sobre a entrada da INTERFET, no dia seguinte. Esta força, comandada pela Austrália, começou a instalar-se a 20 de Setembro, sem incidentes de maior. As tropas aterraram no aeroporto de Díli, ao amanhecer, fortemente armadas e com instruções rigorosas sobre envolvimento em combate, decorrentes do mandato ao abrigo do Capítulo VII, que lhes permitiam disparar, se ameaçados. Era o contraste total com o mandato da UNAMET, da sua CIVPOL e dos seus MLO desarmados. A INTERFET era uma força armada altamente treinada e profissional, equipada com o armamento mais moderno, pronta, se necessário, a combater para alcançar os seus objectivos. No essencial, cumpriu o seu papel de forma pacífica, preferindo as demonstrações de força à aplicação desta. A INTERFET seria alargada, passando a integrar tropas de 22 Estados Membros, incluindo todos os vizinhos da Indonésia – Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia. O comandante adjunto desta força era um general tailandês. A cooperação entre a INTERFET e as TNI, por vezes mediada pela UNAMET, era geralmente boa. A INTERFET instalou-se rapidamente no terreno mas só algumas semanas depois o Território ficou completamente coberto. Contudo, nem todas as milícias foram afugentadas por ela: nas semanas seguintes, continuou a haver alguns ataques de elementos das milícias e das TNI contra civis. Verificaram-se alguns recontros entre a INTERFET e grupos armados, com feridos de ambos os lados. Nenhum dos homens da força internacional foi morto nestes acções violentas mas alguns elementos das milícias, que dispararam contra soldados da INTERFET, foram mortos.

- 83 Com o apoio da INTERFET, a UNAMET começou a reinstalar-se, embora o processo tenha sido prejudicado pelo facto de a maior parte das instalações da UNAMET e, na realidade, a maior parte das infra-estruturas de Timor Leste, terem sido fortemente danificadas ou destruídas. Na sequência da violência pós-referendo, a administração civil de Timor Leste deixara de funcionar e o sistema judicial e os tribunais tinham deixado de existir. Os serviços essenciais estavam à beira do colapso.
- 84 Entretanto, em Genebra, a Comissão da ONU para os Direitos Humanos realizou uma sessão especial dedicada a Timor Leste. Era a quarta sessão deste tipo jamais realizada por este organismo. A 27 de Setembro, a Comissão aprovava uma resolução pedindo ao Secretário-Geral que criasse uma comissão internacional de inquérito, para investigar as violações dos direitos humanos em Timor Leste. A 28 de Setembro, em Nova Iorque, numa reunião tripartida com os Ministros dos Negócios Estrangeiros Ali Alatas e Jaime Gama, foi decidido serem necessárias medidas pontuais para preencher o vazio criado pela partida prematura das autoridades civis indonésias. O plano de 9 de Agosto foi abandonado. A INTERFET e as agências humanitárias foram obrigadas a assegurar o funcionamento dos serviços essenciais, ao mesmo tempo que eram criados tribunais militares, para preencher o vazio legal. A 4 de Outubro, foi apresentado ao Conselho de Segurança um relatório que propunha a criação da Administração de Transição das Nações Unidas para Timor Leste (UNTAET), à qual seria atribuída a responsabilidade global pela administração de Timor Leste e que teria um mandato para exercer os poderes legislativo e executivo. Enquanto esta não fosse criada, seriam tomadas medidas urgentes para colmatar o vácuo existente nos sistemas de administração civil, legal e judicial e, ainda, ao nível da lei e da ordem, utilizando-se os recursos disponíveis em pessoal da INTERFET e das Nações Unidas já no terreno.
- 85 Entretanto, a situação dos refugiados em Timor Ocidental tornou-se motivo de grande preocupação. Calculava-se em mais de 250 000 o número de pessoas que haviam fugido ou sido deportadas à força, muitas das quais continuavam sob o controlo

das milícias pró-integracionistas. O ACNUR e a Indonésia acordaram em garantir o acesso aos refugiados e, também, que aqueles que desejassem regressar teriam liberdade para o fazer. Mas a actividade das milícias, então presentes nos campos de Timor Ocidental, continuava a ser um problema no terreno. Apesar dos muitos obstáculos, em finais de Junho de 2000, mais de 165 000 refugiados tinham regressado a Timor Leste, com a ajuda do ACNUR e da OIM ou através de movimentações espontâneas dos próprios refugiados.

- 86 Na primeira semana de Outubro, as TNI haviam reduzido a sua presença, de mais de 10 000 elementos antes do referendo, para cerca de 1 200, limitados à área de Díli. Militares e polícias tinham retirado do resto do Território. Apesar da existência de alguma tensão entre as duas forças, registou-se apenas um incidente, envolvendo troca de tiros, entre a INTERFET e as forças indonésias, antes da retirada das TNI de Timor Leste. Um equívoco na fronteira entre Timor Leste e Timor Ocidental resultou na morte de um polícia indonésio, num breve recontro, a 10 de Outubro, próximo da cidade fronteiriça de Motaain. Em Genebra, a 15 de Outubro, a Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos nomeou os cinco membros da comissão internacional de inquérito para Timor Leste, chefiada por Sonia Picado, da Costa Rica. Em paralelo, decorreria uma investigação especial, levada a cabo pela Comissão Indonésia dos Direitos Humanos, conhecida por Komnas HAM.
- 87 A INTERFET continuava, progressivamente, a criar condições de segurança em todo o território de Timor Leste, ao mesmo tempo que apoiava as operações humanitárias. O Secretário-Geral tinha nomeado um Coordenador Humanitário para a crise de Timor Leste, o neozelandês Ross Mountain, da OCHA. Apoiado pela INTERFET e pela UNAMET, este trabalhou com as agências humanitárias e com as ONG, na prestação de ajuda de emergência às populações deslocadas, que, gradualmente, começavam a regressar às áreas seguras. Estes enorme esforço e rápida acção evitaram uma calamidade de dimensões ainda maiores, provocada pela fome e pelo alastrar de doenças.

UNTAET

- 88 Na manhã de 20 de Outubro, a Assembleia Popular Indonésia reuniu em sessão plenária para debater a questão da consulta popular em Timor Leste. Numa sessão que se prolongou pela noite fora, com escasso debate, a Assembleia reconheceu o resultado da votação e revogou a lei que integrava Timor Leste na Indonésia. A ligação de Timor Leste à Indonésia tinha acabado. A 24 de Outubro, Xanana Gusmão regressou triunfalmente a Timor Leste, como líder incontestado do movimento pró-independente. Pouco depois, Xanana Gusmão iniciou uma visita ao Território para ver a destruição com os seus próprios olhos. A 25 de Outubro, agindo mais uma vez ao abrigo do Capítulo VII da Carta, o Conselho de Segurança criou a UNTAET, nos termos da proposta apresentada pelo Secretário-Geral no seu relatório de 4 de Outubro. A fim de poder consultar o Congresso, o Governo dos EUA pediu ao Conselho que esperasse três semanas antes de agir, em conformidade com o relatório. Foi confiada à UNTAET a responsabilidade global pela administração de Timor Leste e foram-lhe conferidos poderes para exercer a autoridade legislativa e executiva, incluindo a administração da Justiça. Era um mandato de grande amplitude e um desafio com uma dimensão raramente assumida pela ONU.
- 89 O Conselho de Segurança encarregou a UNTAET das tarefas de criar condições de segurança e de manter a lei e a ordem em todo o território de Timor Leste. Nos primeiros meses, esta responsabilidade seria partilhada com a INTERFET. A UNTAET teria de criar uma administração eficaz, por forma a apoiar o estabelecimento de serviços civis e sociais, a coordenar e a prestar ajuda humanitária e ajuda à reconstrução e ao desenvolvimento. A missão deveria apoiar a criação de capacidades para a auto-governança e criar condições para um desenvolvimento sustentável. Mais uma vez, o Conselho definiu limites para a estrutura e pessoal da missão, como previsto no relatório do Secretário-Geral. Haveria uma componente de governação e

administração pública, englobando um máximo de 1 640 CIVPOL, com plenos poderes de policiamento. Desta vez, por terem deveres de policiamento, alguns deles estariam armados. Estes homens vinham juntar-se aos 8 950 soldados armados da componente militar e aos 200 observadores militares desarmados. Haveria ainda assistência humanitária e de reconstrução de emergência, para organizar e distribuir a assistência. O Conselho invocou o Capítulo VII e autorizou a UNTAET a tomar todas as medidas necessárias ao cumprimento do seu mandato, ou seja, para actuar como um governo na administração de Timor Leste. Enquanto a UNAMET era uma missão política, dependente do Departamento de Assuntos Políticos da ONU, a UNTAET seria uma operação de manutenção da paz de pleno direito, controlada pelo Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU.

- 90 Logo a seguir à formação da UNTAET, os últimos soldados indonésios deixaram Timor Leste, pouco de depois da meia-noite de 31 de Outubro, largando do cais do porto de Díli, sem pompa nem circunstância e sob forte dispositivo de segurança, montado pela INTERFET.
- 91 Após a aprovação da Resolução 1272, o Secretário-Geral nomeou formalmente o brasileiro Sérgio Vieira de Mello seu Representante Especial e chefe da Administração de Transição para Timor Leste. Vieira de Mello assumiu funções a 16 de Novembro, data da sua chegada a Díli, substituindo Ian Martin, que, alguns dias depois, deixou Timor Leste e a sede da UNAMET, ao som dos vivos reconhecidos do pessoal e dos Timorenses. Vieira de Mello, que, na altura, era o Sub-Secretário-Geral da ONU para os Assuntos Humanitários e chefe da OCHA, tinha uma folha de serviços de mais de 30 anos em missões e agências da ONU. Ainda em Novembro, realizou-se a primeira de três visitas a Timor Leste de uma equipa da Comissão Indonésia dos Direitos Humanos. Em finais do mês, Xanana Gusmão deslocou-se a Jacarta, para se encontrar com o Presidente indonésio, Abdurrahman Wahid, que, em Outubro, fora eleito sucessor do Presidente Habibie. O primeiro encontro amigável entre os dois líderes, a 30 de

Novembro, constituiu uma viragem importante nas relações bilaterais. Como primeiro Presidente da Indonésia democraticamente eleito, o Presidente Wahid, um religioso muçulmano, era uma figura exterior ao Governo e tinha uma abordagem diferente relativamente a Timor Leste. O Presidente Wahid desejava restabelecer e promover fortes laços, baseados no respeito mútuo, entre os dois vizinhos. No início de Dezembro, a equipa internacional de inquérito também visitou Timor Leste.

- 92 A 31 de Janeiro, o Secretário-Geral enviou ao Conselho de Segurança o relatório da Comissão Internacional de Inquérito para Timor Leste, que considerava o que ocorrera em Timor Leste, durante e imediatamente após a consulta popular, como uma grave violação dos direitos humanos e das normas humanitárias internacionais. O Gabinete de Direitos Humanos da UNTAET tinha calculado em cerca de 1000 o número de pessoas mortas em 1999, quase todas antes da chegada da INTERFET. A Comissão de Inquérito solicitou que os responsáveis por estas violações fossem rapidamente levados a julgamento. O novo Ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros, Alwi Shihab, pressionou o Conselho no sentido de ser dada à Indonésia, oportunidade de julgar os seus cidadãos pelos crimes supostamente cometidos, antes de ser criado um tribunal internacional. Alguns dias depois, o relatório da Comissão Indonésia dos Direitos Humanos apontava mais de 30 figuras principais, muitas delas soldados das TNI e incluindo o General Wiranto, como responsáveis pela violência e pelas violações dos direitos humanos. O relatório foi entregue ao Procurador-Geral da Indonésia, para que tomasse medidas adequadas para a dedução de acusações. Com base no relatório indonésio, o Presidente Abdurrahman Wahid demitiu Wiranto do cargo de Ministro da Defesa. Este já fora substituído no cargo de Comandante das Forças Armadas. A 18 de Fevereiro, durante uma visita a Timor Leste, o Secretário-Geral afirmou que competia à Indonésia julgar os responsáveis pela vaga de violência no Território. Se tal não acontecesse, o Conselho de Segurança poderia optar por criar um tribunal internacional. A UNTAET também organizou, no âmbito do novo sistema judicial de Timor Leste, uma comis-

são de inquerito aos crimes graves e está a trabalhar com as autoridades indonésias para iniciar o julgamento dos responsáveis. O Procurador-Geral da Indonésia e a UNTAET assinaram, em Março de 2000, um protocolo de acordo sobre cooperação jurídica, tendo em vista a partilha de provas para julgamentos a realizar na Indonésia e em Timor Leste. Ao mesmo tempo, a UNTAET e os Timorenses estão também a estudar um mecanismo alargado, de tipo comissão de verdade e de justiça, para tratar, de forma realista, um grande número de crimes menores cometidos no passado recente, a fim de dar início ao difícil processo de reconciliação.

- 93 A INTERFET coexistiu com a UNTAET. A transição decorreu sem incidentes e de forma bem planeada, à medida que, em poucas semanas, a INTERFET transferia progressivamente o controlo, de Este para Oeste, para a força de manutenção da paz (FMP). Muitos contingentes da INTERFET juntaram-se à força de manutenção da paz da ONU. Na realidade, poucas mudanças houve, quando os soldados trocaram os capacetes de combate pelas boinas azuis da ONU. Numa cerimónia realizada a 23 de Fevereiro de 2000, o Major-General Cosgrove transferiu a responsabilidade pela segurança para o Comandante da UNTAET, Tenente-General Jaime de los Santos, das Filipinas. A 29 de Fevereiro, num gesto de coragem, o Presidente Wahid visitou Timor Leste a convite do Secretário-Geral, tendo discursado perante milhares de Timorenses, no cais de Dili. Wahid estava acompanhado por seis ministros, incluindo o novo Chefe das Forças Armadas, Almirante Widodo. Mais tarde, depois de depor coroas de flores no cemitério de Santa Cruz e no cemitério militar indonésio em Dili, o Presidente Wahid pediu desculpa ao povo de Timor Leste, em termos que mudaram o tom das relações entre Timor Leste e a Indonésia. "Por tudo o que aconteceu no passado, gostaria de pedir desculpa às vítimas e às famílias de Santa Cruz e, também, aos amigos que estão sepultados no cemitério militar", disse Wahid. "Uns e outros foram vítimas de circunstâncias que não desejámos."

- 94 A UNTAET tem continuado a executar o seu amplo mandato. Os desafios que se colocam a esta operação são numerosos, dada a destruição sofrida por Timor Leste. Na sua transição para a independência, o Território precisará da ajuda da comunidade internacional por muitos anos. A reabilitação e a reconstrução a longo prazo serão levadas a cabo em colaboração com agências como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Programa da ONU para o Desenvolvimento e, ainda, com um grande número de ONG internacionais e locais.
- 95 Nos seus primeiros seis meses de existência, a UNTAET criou o Conselho Consultivo Nacional (CCN), para promover a consulta e a ligação estreitas com os Timorenses. O CCN tem sido consultado e dado o seu acordo relativamente à legislação essencial que cria um sistema jurídico, restabelece o sistema judicial, institui uma moeda nacional, cria controlos nas fronteiras, estabelece impostos e o primeiro orçamento consolidado de Timor Leste. Em Julho de 2000, foi formado um Gabinete de Transição, integrado por igual número de elementos da UNTAET e líderes timorenses, para chefiar a administração de transição. Por outro lado, o CCN está em vias de ser transformado num conselho consultivo mais alargado e mais representativo. As eleições para a Assembleia Constituinte, que deverá redigir a Constituição, estão previstas para finais de 2001. A independência poderá concretizar-se logo que se chegue a acordo sobre um sistema de governo e este seja devidamente votado.
- 96 A história recente permitiu finalmente a Timor Leste ter esperança que a sua tragédia tenha um final pacífico, baseado na escolha democrática feita pelo seu povo quanto ao seu futuro político. Essa mesma história legou-lhe, também, o fardo de um desafio complexo e difícil: a reconstrução, a reconciliação nacional e o lançamento dos alicerces de um futuro democrático e pacífico. As Nações Unidas continuam a ter um papel que ultrapassa o simples papel administrativo definido no mandato da UNTAET: é, também, uma parceria para conduzir Timor Leste durante os primeiros e difíceis anos de construção da nacionalidade.

Anexo 1

**As Nações Unidas
e Timor Leste
– Cronologia**

- 1960 A Assembleia Geral das Nações Unidas acrescenta "Timor e dependências" à lista dos territórios não autónomos. Timor Leste é administrado por Portugal como província ultramarina.
- 1974 No seguimento de uma mudança de regime, Portugal reconhece as disposições da Carta sobre territórios não autónomos e o direito dos territórios coloniais sob a sua administração, incluindo Timor Leste, à autodeterminação e à independência.
- 1975 Tem início a guerra civil entre as facções favoráveis à independências e as facções que defendem a integração na Indonésia. Incapaz de controlar a situação, Portugal abandona o Território e a Indonésia intervém militarmente.
- 1976 A Indonésia anexa Timor Leste como a sua 27ª província. As Nações Unidas nunca reconhecem esta integração.
- 1982 A partir de 1982, a pedido da Assembleia Geral, os sucessivos Secretários-Gerais mantêm conversações regulares com a Indonésia e com Portugal, tento em vista uma decisão sobre o estatuto do Território.
- 1995 O Secretário-Geral dá início a um processo para promover o diálogo entre os Timorenses.
- 1998 Em Junho, o Presidente da Indonésia, B.J. Habibie, propõe uma autonomia alargada para Timor Leste.

Entre Agosto e Outubro, o Secretário-Geral Kofi Annan e os Ministros dos Negócios Estrangeiros da Indonésia e de Portugal mantêm discussões aprofundadas sobre as propostas indonésias de um estatuto especial para Timor Leste, baseado numa autonomia alargada.

- 1999
- 27 de Janeiro
- Numa declaração pública, o Presidente Habibie dá indícios de que o seu Governo poderia estar preparado para considerar a independência de Timor Leste. Iniciam-se conversações entre o Representante Pessoal do Secretário-Geral, Jamsheed Marker, e os Directores-Gerais dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros da Indonésia e de Portugal.
- 11 de Março
- Nas conversações tripartidas, a nível ministerial, em Nova Iorque, chega-se a acordo sobre o recurso a um escrutínio directo para consultar o povo de Timor Leste.
- 21 de Abril
- O Secretário-Geral acolhe com agrado a assinatura de um acordo, da iniciativa da Comissão Nacional dos Direitos Humanos da Indonésia, no qual todas as partes interessadas se comprometem a pôr termo à violência em Timor Leste.
- 5 de Maio
- As conversações de Nova Iorque resultam num conjunto de acordos entre a Indonésia e Portugal. Os dois Governos confiam ao Secretário-Geral a tarefa de organizar e realizar uma "consulta popular", a fim de determinar se o povo de Timor Leste aceita ou rejeita a autonomia especial para o Território, no seio da República da Indonésia.
- 1 de Junho
- O recentemente nomeado Representante Especial do Secretário-Geral, Ian Martin, chega a Dili.
- 11 de Junho
- O Conselho de Segurança constitui a Missão das Nações Unidas em Timor Leste (UNAMET), para levar a cabo a consulta.

18 de Junho

O RESG afirma que a violência contínua forçou dezenas de milhar de Timorenses a abandonar as suas casas, criando um "sério obstáculo" aos preparativos para a votação.

23 de Junho

O Secretário-Geral adia por duas semanas a votação em Timor Leste, invocando violência contínua e problemas logísticos.

6 de Julho

No seguimento de ataques ao pessoal da ONU em Maliana e Liquiçá, alguns membros do Conselho de Segurança exigem o fim imediato da violência e da intimidação perpetradas pelas milícias no Território.

16 de Julho

Começa o recenseamento, depois de um adiamento de três dias, para dar tempo à autoridades indonésias para resolver problemas de segurança que subsistiam.

5 de Agosto

Termina o recenseamento. A UNAMET recenseou 451 792 eleitores potenciais, numa população de mais de 800 000, em Timor Leste e no estrangeiro.

9 de Agosto

Apoiantes e opositores da proposta de autonomia para Timor Leste assinam um Código de Conduta para o período de campanha, que antecederá a votação, a 30 de Agosto.

14 de Agosto

Tem início a campanha para a consulta popular.

19 de Agosto

Líderes timorenses dos grupos pró-independência e pró-autonomia concordam em criar uma comissão de 25 membros para promover a reconciliação e a cooperação, no Território, até serem implementados os resultados da votação.

20 de Agosto

A violência mancha a campanha em Timor Leste, quando as milícias pró-integracionistas agredem os participantes num comício a favor da independência, em Suai. Em Manatuto, oficiais de ligação militares a trabalhar para a UNAMET são ameaçados pelas milícias.

24 de Agosto

As autoridades indonésias garantem à UNAMET que tentarão estabelecer um clima de segurança. O Secretário-Geral e membros do Conselho de Segurança pedem às autoridades indonésias que assumam o controlo da situação de segurança em Timor Leste.

26 de Agosto

Pela Resolução 1262 (1999), o Conselho de Segurança prolonga o mandato da UNAMET até 30 de Novembro e subscreve a proposta do Secretário-Geral sobre a reestruturação da missão para a fase de transição, após a votação de 30 de Agosto.

27 de Agosto

A UNAMET é mediadora de um encontro histórico entre os combatentes pró-independência das FALINTIL e as Forças Armadas Indonésia (TNI), no principal acantonamento das FALINTIL em Timor Leste. Os dois lados acordam que, a partir de 28 de Agosto, as TNI recorrerão à polícia indonésia para prender qualquer indivíduo encontrado armado fora dos acantonamentos das milícias ou das FALINTIL.

30 de Agosto

Dia da votação. Aproximadamente 98 % dos eleitores inscritos vão às urnas.

31 de Agosto

Primeira reunião da Comissão Consultiva timorense.

1 de Setembro

A violência estala nas proximidades da sede da UNAMET em Díli, quando membros das milícias atacam apoiantes pró-independentistas.

2 de Setembro

Milícias pró-integracionistas, nalguns casos com apoio de elementos das forças de segurança indonésias, lançam uma campanha de violência, de pilhagem e fogo posto em todo o território.

4 de Setembro

A UNAMET anuncia o resultado da votação: 94 388 (21,5%) Timorenses votaram a favor da proposta de autonomia especial e 344 580 (78,5%) votaram contra. No total, 446 953 Timorenses exerceram o seu direito de voto dentro e fora do Território.

8 de Setembro

Uma delegação de cinco Membros do Conselho de Segurança começa visitas a Jacarta e a Timor Leste para discutir com o Governo da Indonésia medidas concretas para a concretização pacífica dos Acordos de 5 de Maio.

12 de Setembro

Quando a missão conclui a sua visita a Jacarta, o Governo da Indonésia concorda em aceitar a oferta de auxílio da comunidade internacional. O Conselho de Segurança autoriza a constituição da força multinacional (INTERFET) sob uma estrutura de comando unificada chefiada pela Austrália.

As Nações Unidas dão início a uma operação em grande escala de ajuda humanitária de emergência. Ao mesmo tempo, é dada cada vez mais atenção ao repatriamento voluntário de cerca de 250 000 Timorenses de Timor Ocidental e de outras áreas, na Indonésia e na região.

A polícia e as Forças Armadas Indonésias iniciam a retirada do Território.

28 de Setembro

Num encontro com as Nações Unidas, a Indonésia e Portugal reafirmam estar de acordo com a transferência para as Nações Unidas da autoridade em Timor Leste. Também concordam serem necessárias medidas *ad hoc* para preencher o vazio criado pela retirada prematura das autoridades civis indonésias.

A UNAMET reabre a sua sede em Díli e inicia de imediato esforços para restabelecer a capacidade logística da missão e reinstalar o pessoal da UNAMET à medida que as condições o permitam.

19 de Outubro

A Assembleia Consultiva Popular da Indonésia reconhece formalmente o resultado da consulta popular.

25 de Outubro

O Conselho de Segurança cria, através da Resolução 1272 (1999), a Administração de Transição das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET).

27 de Outubro

É lançado em Genebra, o Apelo Combinado Inter-Agências das Nações Unidas, liderado pelo Banco Mundial, pedindo 199 milhões US\$ para fazer face a necessidades humanitárias urgentes até Junho de 2000.

31 de Outubro

Os últimos soldados do Exército indonésio deixam Timor Leste.

2 de Novembro

Milícias hostis dificultam os esforços do ACNUR, nos campos de refugiados de Timor Ocidental, na zona de Atambua, sendo necessária a intervenção da polícia.

8 de Novembro

Três Relatores Especiais das Nações Unidas iniciam as investigações sobre pretensas violações dos Direitos Humanos em Timor Leste.

15 de Novembro

O Conselho Económico Social das Nações Unidas aprova um inquérito internacional sobre pretensas violações dos direitos humanos em Timor Leste.

17 de Novembro

O recentemente nomeado RESG e Chefe da Administração de Transição Sérgio Vieira de Mello assume funções em Timor Leste.

21 de Novembro

Os cinco membros da Comissão Internacional de Inquérito sobre violações dos direitos humanos em Timor Leste chegam a Díli.

22 de Novembro

A INTERFET e as Forças Armadas da Indonésia em Timor Ocidental assinam um acordo destinado a acelerar o regresso dos refugiados que se encontram em Timor Ocidental.

27 de Novembro

O RESG assina o primeiro de uma série de instrumentos legais fixando os termos da Administração do Território pela UNTAET.

1 de Dezembro

O Nobel da Paz, José Ramos Horta, regressa a Timor Leste, após 24 anos no exílio. O líder independentista Xanana Gusmão regressa a Timor Leste vindo de Jacarta.

2 de Dezembro

O RESG assina o Regulamento 2/1999 sobre a criação do Conselho Consultivo Nacional (CCN).

3 de Dezembro

Através do Regulamento 3/1999, a UNTAET cria uma Comissão de Transição do Serviço Judicial.

17 de Dezembro

Uma conferência de doadores das Nações Unidas, realizada em Tóquio, aprova compromissos superiores a 500 milhões US\$ para a reconstrução de Timor Leste.

20 de Dezembro

Observadores militares da ONU encontram uma vala comum no enclave timorense de Oecussi.

- 2000 3 de Janeiro
A UNTAET assume formalmente o controlo do Aeroporto de Díli.
- 12 de Janeiro
A UNTAET, a INTERFET e responsáveis militares indonésios assinam um Protocolo de Acordo com vista a melhorar a cooperação na fronteira entre Timor Leste e Timor Ocidental.
- 19 de Janeiro
Em nome do Território, a UNTAET assina, com o Governo da Austrália, um Protocolo de Acordo que alarga os termos do Tratado sobre o Timor Gap
- 21 de Janeiro
O Secretário-Geral nomeia o Tenente-General Jaime de los Santos, das Filipinas, para o cargo de Comandante da componente militar da UNTAET.
- A UNTAET cria o Serviço Alfandegário de Timor Leste.
- 31 de Janeiro
O Secretário-Geral apresenta o seu primeiro relatório sobre o trabalho da UNTAET. Afirma que a catástrofe humanitária resultante da violência que se seguiu à consulta popular tem sido a crise mais premente que a UNTAET teve de enfrentar.
- 1 de Fevereiro
A INTERFET inicia a transferência da autoridade militar para a UNTAET.

15-16 de Fevereiro

O Secretário-Geral inicia uma visita oficial de dois dias a Jacarta e reúne-se com responsáveis indonésios. O seu encontro com o Ministro da Defesa, Juwono Sudarsono, incide sobre o seguimento dado pelo Governo de Jacarta ao seu próprio inquérito à violência na Indonésia e sobre a questão dos refugiados em Timor Ocidental.

17 de Fevereiro

O Secretário-Geral chega a Timor Leste para uma visita de dois dias.

21 de Fevereiro

O Presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, Xanana Gusmão e o RESG assinam um acordo de empréstimo para o pagamento de 21,5 milhões US\$ ao longo de dois anos e meio, destinados a projectos de autonomização das comunidades e de poder local.

22 de Fevereiro

Elementos das milícias apedrejam uma equipa do ACNUR e funcionários da Organização Internacional para as Migrações (OIM) em Atambua, danificando um veículo da OIM e interrompendo o repatriamento de mais de 1000 refugiados timorenses.

23 de Fevereiro

A INTERFET transfere oficialmente o comando militar do Território para a UNTAET.

É aprovado um plano de exploração de gás, na plataforma de Timor, no valor de 1,4 mil milhões US\$.

28 de Fevereiro

A UNTAET e a INTERFET concluem as disposições administrativas referentes à transferência das responsabilidades de segurança.

29 de Fevereiro

O Presidente indonésio, Abdurrahman Wahid, visita Timor Leste. O Presidente assina um comunicado com o RESG, estabelecendo, nomeadamente, um regime de fronteira para a circulação de pessoas e mercadorias entre Timor Leste e a Indonésia.

1 de Março

O Representante do Secretário-Geral para as Populações Deslocadas Internamente, Francis Deng, visita Timor Leste e salienta que os deslocados do Território estão a regressar para a "privação total" em resultado da destruição e saque das suas casas.

3 de Março

Uma série de ataques armados contra soldados das Nações Unidas leva a UNTAET a declarar as zonas ocidentais como áreas de "alto risco".

27 de Março

É aberta em Díli uma escola de formação de polícia, apoiada pela UNTAET.

29 de Março

O RESG e o Procurador-geral da Indonésia, Marzuki Darusman, concluem um acordo de transição de oito semanas sobre a prestação de assistência mútua em questões jurídicas, judiciais e de direitos humanos.

31 de Março

O Governo indonésio prolonga por três meses o prazo para o regresso dos refugiados e abdica da decisão de cortar a ajuda humanitária aos refugiados, assinalando que, em vez disso, iria pedir a ajuda da comunidade internacional.

3 de Abril

A UNTAET, o Banco Mundial e o PNUD assinam um acordo de empréstimo de 499 000 US\$ destinados a um projecto de criação de emprego para as comunidades mais pobres de Díli.

5 de Abril

A UNTAET anuncia a sua decisão de nomear Timorenses para os principais cargos administrativos na nova administração em Díli.

11 de Abril

O Comandante da FMP e o Comandante do Exército indonésio em Timor Ocidental assinam um Protocolo de Acordo sobre segurança, travessia de fronteiras, trânsito de refugiados e prestação de ajuda humanitária ao longo da fronteira entre Timor Leste e Timor Ocidental. O Protocolo confirma o anterior, de 12 de Janeiro, dispõe que nenhum dos lados será autorizado a transportar armas de um lado para o outro da fronteira e especifica que as duas partes concordam em cooperar na informação e na investigação de incidentes fronteiriços.

18 de Abril

Trinta combatentes desmobilizados do Exército indonésio regressam a Timor Leste, vindos de Kupang, em Timor Ocidental: é o terceiro maior grupo de ex-militares a regressar ao Território desde Outubro anterior.

24 de Abril

O Primeiro-Ministro de Portugal, António Guterres, visita Timor Leste.

28 de Abril

É inaugurado em Díli o Serviço de Correios de Timor Leste.

1 de Maio

É aberto, em Batugadé, o primeiro posto de fronteira terrestre entre Timor Leste e a Indonésia.

12 de Maio

O Tribunal Distrital de Díli inicia o seu primeiro processo judicial público.

16 de Maio

A UNTAET emite o seu primeiro programa de televisão em Díli. A nova estação da ONU, a "Televisão UNTAET", põe no ar um programa informativo de uma hora.

18 de Maio

Grandes cheias em Timor Ocidental afectam aproximadamente 100 000 pessoas, levando à deslocação de perto de 35 000. O PAM inicia a distribuição de rações alimentares, enquanto os soldados da UNTAET tentam reparar a estrada que liga a cidade de Suai a um porto das proximidades.

30 de Maio

Na abertura da Conferência sobre a Reconstrução de Timor Leste, realizada em Díli, a UNTAET sugere um período de co-governança entre a UNTAET e os Timorenses, antes da plena transferência de autoridade.

7 de Junho

A UNTAET e o Banco Mundial acordam um empréstimo de 12,7 milhões dólares para ajudar a restaurar o sector da saúde do país.

8 de Junho

O RESG e Xanana Gusmão encontram-se com o governador de Timor Ocidental para discutir formas de acelerar o repatriamento e de aumentar o comércio na ilha.

20 de Junho

O ACNUR e outras organizações humanitárias suspendem as actividades em três campos de Timor Ocidental, perto de Kupang, no seguimento daquilo que o organismo da ONU descreve como vários incidentes de segurança graves que envolveram ameaças e intimidação contra o seu pessoal.

21 de Junho

A UNTAET e o CNRT acordam a nova composição e estrutura do Conselho Consultivo Nacional (CCN).

O CCN alargado passa a ter 33 membros, todos eles, timorenses, incluindo o presidente, .

22 de Junho

Na abertura da Conferência (de dois dias) de Doadores, em Lisboa, o RESG insiste, junto da comunidade de doadores, para que esta continue a disponibilizar fundos para o trabalho da ONU em Timor Leste. A comunidade de doadores afirma a continuidade do seu apoio à reconstrução de Timor Leste e ao estabelecimento da nova administração timorense.

27 de Junho

O RESG informa o Conselho de Segurança sobre Timor Leste. Segundo as suas previsões, o Território estará pronto para a realização de eleições e possivelmente para a independência durante os últimos quatro meses de 2001. A informação é seguida por um extenso debate, no qual participam representantes de mais de 20 Estados Membros.

12 de Julho

O CCN aprova uma regulamentação que cria um Gabinete de Transição composto por quatro Timorenses e por quatro representantes da UNTAET.

O Secretário-Geral nomeia o Tenente-General Boonsrang Niumpradit, da Tailândia, para o cargo de Comandante da componente militar da UNTAET, a partir de 19 de Julho de 2000.

Os primeiros 50 graduados da Escola de Formação de Polícia de Timor Leste assumem oficialmente as suas funções como agentes da polícia.

17 de Julho

O Gabinete de Transição realiza a sua primeira reunião em Díli.

24 de Julho

Um soldado do contingente neozelandês da UNTAET é morto em consequência de uma troca de tiros com um grupo armado, perto da fronteira com Timor Ocidental. É a primeira morte em combate de um capacete azul da ONU em Timor Leste.

27 de Julho

Numa reunião entre o RESG, o Comandante da Força da UNTAET e o Comandante de Timor Ocidental, Major-General Kiki Syahnakri, na Indonésia, é acordada a criação de uma comissão *ad hoc*, integrada por representantes do Exército Indonésio e da força de manutenção da paz da ONU, que investigará a morte do soldado da UNTAET, a 24 de Julho.

31 de Julho

A UNTAET inaugura, em Díli, o primeiro Programa de Formação Diplomática de Timor Leste.